



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS Ata da 118ª reunião, realizada em 23 de abril de 2019

1 Em 23 de abril de 2019, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do Conselho
2 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte,
4 Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: os
5 presidentes suplentes Anderson Silva de Aguiar e Marília Carvalho de Melo,
6 representantes da SEMAD. Representantes do poder público estadual: Fernando
7 Gustavo da Silva Quirino, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
8 (Seplag); Rodrigo Carvalho Fernandes, da Secretaria de Estado de Agricultura,
9 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Felipe Oliveira de Carvalho, da Secretaria de
10 Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
11 (Sedectes); Rodrigo Bicalho Polizzi, da Agência Reguladora de Serviços de
12 Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais
13 (Arsae); Dario Brock Ramalho, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Hélcio
14 de Miranda Baptista, da Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Ivonice Maria
15 da Rocha, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Tiago Bueno Flores, da
16 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Luciano José
17 Alvarenga, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG).
18 Representantes do poder público municipal: Miguel Ribon Júnior, da Prefeitura
19 Municipal de Itabirito; Eduardo Machado de Faria Tavares, da Prefeitura
20 Municipal de Belo Horizonte; Rodrigo José Gonçalves, da Prefeitura Municipal de
21 Betim; Antônio Carlos Vidal Barra, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba; Gabriel
22 Augusto Campos, da Prefeitura Municipal de Itapeva; Antônio Geraldo de
23 Oliveira, da Prefeitura Municipal de Patrocínio. Representantes dos usuários de
24 recursos hídricos: Luiz Humberto de Freitas Souza, do Departamento Municipal
25 de Água e Esgoto de Uberlândia (Dmae); Renato Junio Constâncio, da
26 Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da
27 Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Guilherme da Silva
28 Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
29 (Faemg); Odorico Pereira de Araújo, da Federação das Indústrias do Estado de
30 Minas Gerais (Fiemg); Denes Martins da Costa Lott, do Instituto Brasileiro de
31 Mineração (Ibram); Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de
32 Geração de Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva Oliveira, da Associação das
33 Indústrias Sucreenergéticas de Minas Gerais (Siamig) / Marcelo Perondi, da
34 Associação dos Usuários das Águas da Região de Monte Carmelo (AUA);
35 Leonardo Romano, da Associação de Pescadores e Aquicultores do Sapucaí
36 (Apas); Francisco de Assis Lafetá Couto, do Instituto Aço Brasil (IABr).
37 Representantes da sociedade civil ligada aos recursos hídricos: Antônio

38 Giacomini Ribeiro, da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo
39 Mineiro (Angá); José de Castro Procópio, do Instituto Guaicuy - SOS Rio das
40 Velhas; Gustavo Bernardino Malacco da Silva, do Movimento Verde de Paracatu
41 (Mover); Tales Heliodoro Viana, do Conselho Regional de Biologia (CRBio);
42 Rayssa Cordeiro Figueiredo, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
43 (Crea); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e
44 Ambiental (Abes); Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia
45 (UFU); André Luís Teixeira Fernandes, da Universidade de Uberaba (Uniube);
46 Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da Universidade
47 Federal de Minas Gerais (UFMG) – Campus Montes Claros. **Assuntos em**
48 **pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional
49 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente suplente Anderson Silva de Aguiar
50 declarou aberta a 118ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos
51 Hídricos. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Tales
52 Heliodoro Viana: “É um prazer estar aqui novamente nesta casa. Eu já tenho
53 muitos anos, então já conheço bastante o funcionamento da casa e conheço
54 muitos dos senhores também e tive a honra e o prazer de trabalhar com vários
55 dos senhores. Eu estou hoje representando o Conselho Regional de Biologia da
56 4ª Região, do qual eu sou presidente, e o nosso plenário houve por bem me
57 indicar como representante, o que me fez muito honrado, principalmente
58 encontrando amigos e pessoas que estão batalhando pelo mesmo ideal nosso,
59 que é o meio ambiente sustentável e deixável para as nossas futuras gerações.
60 Eu pedi a fala hoje primeiro para agradecer por estar aqui, deixar aos senhores
61 um abraço e fazer um relato. Eu ouvi uma entrevista do Gustavo Tostes, do
62 COPAM, li alguma coisa do Aloísio Prince, professor de hidrologia da Fumec, e li
63 um contraponto do Apolo Heringer sobre isso. E isso me aguçou, e não vai
64 nenhum demérito à empresa na qual eu trabalhei 34 anos, a Copasa, mas a
65 situação que eles relatam não é de perigo, é de pânico. A região metropolitana de
66 Belo Horizonte conta hoje com alguns sistemas, e esses sistemas, se um deles
67 faltar de forma aguçada e se um deles em especial parar, metade de Belo
68 Horizonte vai ter que mudar, porque os outros não aguentam. E aí vários deles
69 falaram. O Gustavo: ‘Porque a mineração tira a água daqui, põe em algumas
70 captações...’ É uma coisa, tecnicamente, até irrisória: 100, 200 litros por segundo
71 na rede que abastece a Morro Redondo. E mais uma série de coisas, inclusive a
72 questão da outorga do sistema do Velhas, hoje, que está 8,6, mas não sei se o
73 sistema consegue usar toda essa outorga. Mas Belo Horizonte está com a faca e
74 a corda no pescoço. Aí o Gustavo colocou que ‘nós tínhamos que falar em uso da
75 água, educar a população para o uso’. Mas a Copasa já sabe que, se fizer isso,
76 vai afetar o faturamento, tem conta para pagar, tem uma série de dívidas para
77 pagar por aí fora. Então eu fiquei mais preocupado ainda quando lembrei que,
78 quando nós obtivemos a outorga do rio das Velhas, só foi possível porque no
79 estudo feito pelo Sérgio Menin na época ele disse ‘a Copasa pode até tirar isso,
80 que ela vai tratar e devolver lá embaixo não sei quantos mil litros por segundo e

81 fechar o balanço'. E de fato funcionava. Mas eu pergunto essa situação dessas
82 barragens hoje. Porque todo mundo agora quer culpar a Vale. É bacana, todo
83 mundo deixou fazer o que queria e agora quer culpar. Então a Vale propôs, há
84 uns cinco ou seis anos, a construção de uma grande barragem a montante do rio
85 das Velhas, que ela usaria, nós usaríamos, mas o que eu acho também que não
86 resolve a situação. O problema nosso é o seguinte: temos plano B para
87 abastecimento da região metropolitana de Belo Horizonte? Então o medo é esse.
88 Só esse. Eu tenho 65 anos e moro em uma região que provavelmente não vai ser
89 afetada, apesar da ETA do Morro Redondo hoje já ter perdido 50% da sua
90 capacidade de tratamento, porque nós perdemos uma parte de captação de
91 Fechos, por causa do Jardim Canadá. O esgoto, parte é tratada, parte é jogada
92 para lá, parte escorre a céu aberto, e ninguém toma providência nenhuma, e o
93 mundo vai a ver navios. Então a minha grande preocupação como conselheiro
94 não é só vir aqui, ler as atas, ver os relatórios, levantar e sair. Eu acho que a
95 responsabilidade nossa é enorme. Ao que me consta, a capacidade instalada de
96 captação de água na Bacia do Rio das Velhas já estava esgotada desde a
97 outorga da Copasa há uns seis anos. Foi logo que eu assumi a superintendência
98 que tivemos isso. Foi um ótimo negócio, o abastecimento tem que ser feito. Eu
99 não estou questionando isso. O problema é o seguinte. Ainda temos ali em cima
100 Coca-Cola, que para mim conseguiu uma outorga de água, via prefeitura, que era
101 para abastecimento público e está usando para fazer Coca-Cola. Isso para mim
102 pode não ser ilegal, mas é pouco moral. A CSul querendo implantar um
103 empreendimento gigantesco ali a montante da lagoa dos Ingleses, na margem
104 direita dela. E as pessoas esquecem de um detalhe muito importante: o esgoto é
105 só parte, a lavagem urbana, a drenagem urbana é letal para os nossos rios. Sete
106 Lagoas está lá: construiu uma ETA para tratar 500 litros por segundo, que,
107 padrão Copasa, é pequenininha. Vai lá o vagalume que é, acende, apaga,
108 acende, apaga, trata, não trata. E o Valter lembra muito bem disso, ele era meu
109 superintendente. Quando ele trouxe uma análise de água para mim ele falou:
110 'Olha que maravilha que está a água do rio das Velhas.' Eu olhei para a cara dele
111 e falei assim: 'Você acha? Não está, não. São 115 anos de esgoto, isso está no
112 leito do rio, não foi embora. Então, senhores, eu acho que esta Secretaria e este
113 Conselho têm obrigação de puxar a orelha dos nossos amigos da Copasa e falar
114 assim: 'E aí, Copasa, qual o nosso plano B?' Porque a última vez que se pensou
115 em um plano de 20, 30, 40 anos na Copasa foi na década de 70, quando se
116 fizeram o Sistema Serra Azul, o Sistema Rio Manso. Na década de 90 deram
117 uma melhoria na ETE de Várzea das Flores. E outra, que os nossos colegas
118 não sabem hoje: todos os nossos reservatórios de abastecimento têm problema
119 sério, não de eutrofização no senso comum, mas de equilíbrio biológico que vai
120 levar a um processo de eutrofização muito sério. 'Mas não cai esgoto.' Não
121 precisa cair esgoto, basta não estar equilibrado. Então, senhores, eu estou
122 clamando pela população desta cidade, desta região metropolitana. Onde está o
123 nosso plano b? Como nós vamos fazer daqui para frente? Se arrebenta uma

124 barragem a montante da captação de Honório Bicalho no rio das Velhas, são 7 a
125 8 metros cúbicos por segundo que deixam de entrar no abastecimento de Belo
126 Horizonte. E aí?” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Em primeiro lugar, eu
127 queria, com pesar, registrar um momento de agradecimento e um momento de
128 pesar pelo falecimento da nossa colega Maricene Menezes de Oliveira Mattos
129 Paixão. Ela esteve na última reunião aqui conosco apresentando o Projeto Águas
130 do Norte, projeto maravilhoso, feito junto com o IGAM, juntamente com o CPRM.
131 Ela botava todas as fichas na continuidade para o restante do Estado. Ela estava
132 conosco também lá no GT de Monitoramento. Então uma perda inestimável. No
133 meu entendimento, era uma das maiores memórias que nós tínhamos a respeito
134 da água subterrânea em Minas Gerais. Então, com pesar, quero registrar aqui
135 uma homenagem a essa brilhante colega, que partiu precocemente, no meu
136 entendimento. Em segundo lugar, com alegria, agora, eu quero dar parabéns ao
137 IGAM pela iniciativa de colocar duas DNs no dia 26 de fevereiro, acho que
138 números 2 e 3, a respeito de monitoramento, classificação e registro das
139 barragens de terra no Estado de Minas Gerais, exceto finalidade de mineração,
140 que não é competência do IGAM, inclusive fazer isso. É relevante essa
141 colocação, ela veio até um pouco tardiamente, no meu entendimento, porque a
142 legislação federal que passava essa atribuição para o Estado era de 2010. Então,
143 com certo atraso, mas foi muito bem-feita e vale a pena aderir e incentivar as
144 regiões, principalmente no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, onde temos
145 milhares de pequenas barragens destinadas a irrigação. E a maioria precisa de
146 um bom monitoramento, porque essa maioria é de amontoamento de terra
147 transversalmente aos córregos sem regulação, sem nada, mas é só fazendo esse
148 cadastro, classificação e partir para um bom monitoramento. Espero que o IGAM
149 tenha caixa para tocar o projeto porque vem muita barragem aí além daquilo que
150 vocês esperavam. Eu tenho certeza. E lá na nossa região contem com a nossa
151 entidade, a Angá, para auxiliá-los, porque realmente é muito importante essa
152 iniciativa. Parabéns.” Presidente suplente Marília Carvalho de Melo: “Só fazendo
153 um breve comentário. Primeiro, na hora que o Giacomini começou a falar, eu
154 mencionei aqui com o Anderson que eu gostaria muito que fizéssemos um minuto
155 de silêncio, todos de pé, em homenagem à Maricene. Vai ser muito difícil falar
156 sobre a Maricene, mas ela merece toda a homenagem do IGAM e deste
157 Conselho... *(Respeitado neste momento da sessão 1 minuto de silêncio)*. Como o
158 Giacomini mencionou, nós perdemos uma amiga. A Maricene era uma pessoa
159 que quem conviveu de perto sabe o que eu estou falando. Uma pessoa que
160 sempre se preocupava com todos, era meio mãe de todos nós do IGAM, além da
161 excepcional profissional. Nós perdemos a gestão de água subterrânea nesse
162 Estado, Giacomini, é isso que nós perdemos, de fato, a nossa única hidrogeóloga
163 com a experiência que ela tinha. Vamos ter que reestruturar o IGAM na área de
164 água subterrânea, repensar, formar novas pessoas. Temos duas hidrogeólogas
165 no Sisema: uma que trabalha no IGAM, que é a Isadora; a outra é a Adriana, que
166 também aprendeu muito com a Maricene e que agora está vindo para o IGAM

167 também nos ajudar. Mas é uma perda muito grande, pessoalmente e
168 institucionalmente, para o IGAM. Eu queria fazer só um comentário breve sobre a
169 fala do Giacomini. É até interessante, nós deveríamos ter pautado uma
170 apresentação no Conselho sobre as Portarias 2 e 3, que regulamentam a
171 segurança de barragem de água para usos múltiplos no Estado de Minas Gerais.
172 Nós estamos, neste momento, fazendo chamamento para o cadastro das
173 barragens maiores, ou seja, aquelas acima de 15 m de altura de maciço e 3
174 milhões de metros cúbicos. O prazo findava no final do mês passado, e nós
175 prorrogamos por mais um mês. A nossa expectativa, para essas desse tamanho
176 de 15 m e 3 milhões, são cem barragens no Estado, mas todas as barragens que
177 nós estamos levantando nós vamos chamar aos poucos para conseguir até nos
178 estruturar para dar resposta sobre esse trabalho. Temos uma expectativa de
179 57.000 barragens no Estado de Minas Gerais. Então é um trabalho grande, mas
180 necessário. A lei que regulamenta segurança de barragens realmente tem algum
181 tempo, e nós já estávamos trabalhando, no ano passado, nessa regulamentação.
182 Vocês vão até ver quando a Lílian apresentar o Progestão: esse é um ponto que
183 pedimos no Progestão todo ano. No ano passado, quando eu cheguei ao IGAM,
184 falei 'a gente precisa regulamentar'. Ela estava pronta para ser publicada quando
185 rompeu a barragem em Brumadinho, e eu decidi fazer uma revisita técnica nas
186 duas portarias. Então discuti com algumas pessoas, relemos, para publicar com
187 maior segurança. Então é uma nova competência que o IGAM assume e
188 realmente não é um desafio simples, mas necessário." Presidente suplente
189 Anderson Silva de Aguiar: "Fazer também minha homenagem aqui à Maricene,
190 que nos deixou. Apesar de ter convivido muito pouco com ela, eu vi o tanto que
191 ela era competente e importante para a gestão de recursos hídricos no Estado de
192 Minas Gerais. Pedir aqui à equipe da assessoria para constar em ata essas
193 manifestações de homenagem feitas aqui, tanto agora como os outros
194 conselheiros que queiram fazer também, para que possamos deixar público para
195 sempre e também levar para as famílias as homenagens que estão sendo feitas
196 aqui pelos conselheiros, essa manifestação de carinho e também de apreço."
197 Conselheiro Rodrigo Carvalho Fernandes: "De antemão, quero destacar que,
198 para mim, é uma grande lisonja, compor este grupo de notáveis aqui. Está aqui o
199 suprasumo da irrigação, estou aqui, literalmente, com um professor na mesa.
200 Então para mim é motivo de grande lisonja. E representar a Secretaria de Estado
201 de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Eu sou engenheiro agrônomo, egresso
202 do Instituto Mineiro de Agropecuária, que é uma das nossas vinculadas, que,
203 assim como a Epamig na pesquisa agropecuária e a Emater na assistência
204 técnica e extensão rural, compõe o Sistema Agricultura, sistema mineiro que é
205 referência em excelência, referência nacional com as ações de assistência
206 técnica e extensão rural, defesa agropecuária e pesquisa agropecuária. Eu acho
207 que para a grande maioria de vocês não tem ineditismo nenhum que a secretária
208 Ana Valentini é egressa do campo da irrigação, já foi presidente da Irriganor. A
209 grande cara que ela quer deixar na Seapa, o grande feito dela, é uma política

210 pública de agricultura irrigada sustentável. Então estivemos ontem até 7h da noite
211 discutindo os grandes pilares para essa agricultura irrigada sustentável. A minuta
212 está em fase embrionária, já foi submetida a alguns aqui desta mesa. Por favor,
213 sem melindres, podem criticar para termos a melhoria contínua do processo. Nós
214 vamos submeter formalmente e queríamos até depois um espaço para
215 apresentar aqui neste mesmo fórum, para esse preceito da melhoria contínua. E
216 já posso adiantar que grande parte do que foi discutido aqui e do que
217 aprendemos com a coirmã SEMAD está composto nesse documento. Então o
218 grande carro-chefe do Zoneamento Ambiental e Produtivo para termos um uso
219 racional, um uso sustentável dos recursos hídricos. Não só a irrigação em si, mas
220 a revitalização. Quero depois um espaço para falar da revitalização do Velho
221 Chico, que é o nosso programa mais longo e um dos mais exitosos. Nos
222 últimos dois anos, entregamos R\$ 10 milhões para a sociedade mineira em ações
223 de conservação de solo e água. E não há dicotomia, tudo que fazemos para
224 conservar o solo vai resultar em quantidade e qualidade de água. Mas quero
225 deixar clara aqui a mensagem da secretária Ana, que o grande anseio dela é que
226 consigamos a agricultura irrigada sustentável no Estado de Minas Gerais. E tem
227 um aspecto, além de todo o lastro técnico-científico que vai compor esse
228 documento, uma mensagem que eu acho que é a mais importante e que nos fere
229 de morte. Eu fico até repetitivo, falo isso na CAP, no COPAM, e agora aqui no
230 Conselho Estadual de Recursos Hídricos. É que defender a nossa agricultura
231 com a pujança social e econômica é relativamente fácil. Um texto do PIB,
232 geração de divisas, geração de riquezas. Eu acho que o nosso grande trabalho
233 hercúleo – e nesses pleitos não podemos deixar de manifestar – é explicitar que a
234 agricultura conduz com maestria o binômio da sustentabilidade, que é produzir e
235 preservar de forma concomitante. Então nos fere de morte quando nossos
236 produtores são rotulados de poluidores, desmatadores, contaminadores de
237 alimentos, e principalmente quando as nossas tecnologias são vilanizadas. Então
238 a irrigação talvez seja a terceira nesse rol de vilanização. Têm os agrotóxicos, os
239 melhoramentos de transgênicos e depois a irrigação. Nós vamos discutir decreto
240 das veredas, lei dos buritis, as barragens de 10 a 150 hectares para ter o
241 licenciamento mais simplificado. Além de tudo isso, provar que a nossa
242 agricultura irrigada é sustentável é o nosso maior mote e maior anseio da política
243 pública que a secretária Ana quer deixar. Então, mais uma vez, agradeço a nossa
244 coirmã SEMAD. Mais do que nunca, essa sinergia vai estar em prática. Sabemos
245 que falar em sinergia é muito bonito, mas operacionalizá-la é o grande desafio
246 também. E agradecer mais uma vez por compor este grupo de notáveis.”
247 Presidente suplente Anderson Silva de Aguiar: “Obrigado, Rodrigo. Só
248 acrescentando à sua fala. Na verdade, o Sisema. Estão envolvidos também o
249 IGAM e o IEF, principalmente os dois, mas a FEAM também no que possa
250 participar. E dentro da nossa discussão temos muito ainda o que falar,
251 especialmente sobre a Agenda Azul, sobre os recursos hídricos. Então
252 certamente vai ter um momento em que vai ser pauta aqui para este Conselho,

253 para trazer essas informações. Depois que amadurecermos todo o trato, todo o
254 programa e poder consolidar uma proposta.” Conselheiro Eduardo Machado de
255 Faria Tavares: “Acrescentar às palavras do Giacomini, da Marília e do Anderson.
256 Como ouvidor ambiental, eu convivi com a Maricene um tempo. Se nós somos
257 utópicos, ela era uma realizadora. A vontade dela era que fosse feito aquilo que
258 nós sonhamos que pode ser feito. Então fica o meu cumprimento à família dela,
259 aos colegas todos do Sisema, aqueles que conviveram com ela e trabalharam. O
260 segundo ponto é destacar uma outra personalidade com quem muitos de nós
261 convivemos, uma excentricidade em todos os aspectos, uma pessoa fenomenal,
262 que trata-se do professor Cástor Cartelle. Saiu uma matéria hoje. Depois de 20
263 anos de estudos, o encontro de uma ossada de uma preguiça gigante, eles agora
264 fecharam a descrição. Então eu gostaria de deixar registrado aqui, apesar de o
265 assunto não ser bem próprio, mas a pessoa é mais do que própria. Então eu
266 deixo todo o meu reconhecimento pelo trabalho do professor Cartelle. E outra
267 notícia que também foi divulgada hoje, do encontro que ocorreu ontem do CBH
268 Velhas – se eu não estiver enganado. O Nelson – aqui presente – declarou que
269 foi fechado um acordo entre a SEMAD, o Sisema e a Copasa para um plano de
270 fechamento da barragem dos rejeitos da Mundo Mineração. Eu gostaria, então,
271 que, posteriormente, na próxima reunião, seja trazido algum escopo do projeto ou
272 na forma do andamento que estiver sendo executado, porque eu também
273 acompanhei isso quando era ouvidor ambiental, e, desde lá, já era uma
274 preocupação. Eu acho que a preocupação não mudou, ela até piorou, ela se
275 acirrou ainda mais. E eu acho que o Conselho deve, sim, acompanhar toda essa
276 movimentação que foi feita, até para entender um pouco o que nós temos lá.”
277 Conselheira Rayssa Cordeiro Figueiredo: “Eu queria convidar todos os
278 conselheiros a participarem do workshop de barragens que vai acontecer nos
279 dias 29 e 30 de abril, no Crea, aqui em BH, segunda e terça da semana que vem.
280 Na segunda-feira, vão ser palestras, e na terça-feira vão ser oficinas. Vai falar
281 tanto sobre barragens de água quanto barragem de minério. A quem tiver
282 interesse em participar eu peço que entre em contato comigo, porque as
283 inscrições são limitadas. A programação pode ser acessada no site do Crea.”
284 Conselheiro Guilherme da Silva Oliveira: “Eu queria só avisar que o Sistema
285 Faemg/Senar está elaborando um programa especial sobre agricultura irrigada.
286 Nós rodamos um piloto e vamos fazer uns acertos. E até no meio do ano já
287 vamos estar rodando esse programa. O objetivo do programa é capacitar
288 produtores e funcionários das fazendas na gestão da irrigação e do uso da água.
289 Ele é composto por seis módulos. O primeiro módulo é obrigatório e fala sobre a
290 irrigação, gestão e manejo. E depois têm três módulos, que vão depender do tipo
291 de irrigação que é utilizada na propriedade: irrigação localizada, por aspersão,
292 por superfície. O primeiro módulo é obrigatório, e se pode fazer um dos outros; e
293 depois se faz um outro sobre fertirrigação e reuso de água; e depois gestão da
294 energia elétrica e da água. O aprendiz pode fazer todos os módulos que
295 completaria 120 horas; ou o primeiro módulo, que são 16 horas, os três

296 intermediários, que são 24 horas cada um; e os dois últimos, de 16 horas. É uma
297 ação do Sistema Faemg tentando levar um processo de profissionalização e
298 educação contínua, que abranja diversas fases do processo de irrigação, da
299 tomada de decisão para irrigação. E temos estudos que mostram que, quando a
300 gestão da irrigação é bem-feita, as medidas são tomadas, isso pode redundar na
301 economia de água em 30% em vários casos. Eu já vi casos de até 50% de
302 economia. Então na agricultura, como o maior consumidor de água outorgável, se
303 conseguirmos fazer uma economia de 30% com esse manejo de água, é uma
304 grande porção de água. Além disso, também vamos tratar em algumas partes
305 estratégias de irrigação, falar da irrigação plena e da irrigação com déficit
306 controlado, que é uma outra forma também com que se consegue levar a cultura
307 até o final usando uma quantidade bem menor de água. Então até o meio do ano
308 já estaremos rodando com esse programa, atendendo algumas regiões com
309 aptidão para irrigação.” Presidente suplente Anderson Silva de Aguiar:
310 “Obrigado, conselheiro Guilherme. Eu gostaria muito de conhecer com mais
311 profundidade o programa depois.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Eu
312 acho que as reflexões que o Tales colocou aqui nós precisaríamos até de muito
313 tempo, praticamente uma plenária, para poder discutir todos os assuntos que
314 foram levantados. Mas eu queria colocar aqui que não podemos perder o foco do
315 problema que nós estamos vivendo hoje em Minas Gerais e no Brasil. Em Minas
316 Gerais, no próprio nome ‘Minas Gerais’, existem centenas de barragens, em torno
317 de 700 barragens de mineração, barragens que precisam ter implantadas ações
318 que garantam a segurança dessas unidades. Todos os usuários – não só o
319 abastecimento de água, que é um usuário nobre, prioritário, até pela legislação –
320 são afetados no caso de tragédias como essa que aconteceu em Brumadinho,
321 como aconteceu, da Samarco, em Mariana. Então o foco é: precisamos
322 implementar ações que reestabeleçam a segurança dessas unidades no Estado
323 de Minas Gerais e que efetivamente sejam apresentados e cumpridos os
324 cronogramas de descomissionamento das barragens de alteamento de montante,
325 que hoje nós já temos, até antes mesmo do acidente, prazos. E esses prazos
326 precisam ser cumpridos. Não adianta ficar buscando redundância para todos os
327 usuários se convivemos com o problema e o risco real que nós temos nas Bacias.
328 A questão de Belo Horizonte é uma situação mais complexa ainda, porque nós
329 estamos no Quadrilátero Ferrífero. Então os nossos mananciais. Nós temos a
330 montante um número enorme de barragens. Só no Alto Velhas nós temos em
331 torno de 70 barragens a montante da nossa captação, sendo que 16 barragens
332 estão com instabilidade não garantida. Então é prioritário, e acho que este
333 Conselho tem o papel realmente de estar acionando os responsáveis, os órgãos
334 fiscalizadores, a Agência Nacional de Mineração, que realmente sejam
335 implantadas ações para descomissionar essas barragens que são de alteamento
336 a montante. E, para aquelas que não são, que reestabeleçam esses níveis de
337 segurança. Não adianta, se formos olhar, todos os parâmetros hoje de
338 planejamento, os Planos Diretores de abastecimento de água já começaram a

339 repensar os parâmetros com a escassez hídrica que aconteceu desde
340 2014/2015. Então começamos a verificar a necessidade de se ter flexibilidade no
341 sistema de abastecimento de água. Belo Horizonte, mesmo com essa situação,
342 eu acho que em termos nacionais é uma região metropolitana que tem mais
343 flexibilidade e integração dos seus sistemas de abastecimento. Em poucas
344 regiões metropolitanas existem a flexibilidade que nós temos. Tanto que, com o
345 acidente que houve com a mineração da Mina do Feijão, nós praticamente não
346 tivemos nem um dia de parada no abastecimento. Mas essa flexibilidade tem um
347 limite, ela não é na sua totalidade, ela precisa ser expandida em cima dos novos
348 riscos que estão sendo gerados por terceiros dentro dos sistemas de
349 abastecimento. Realmente é uma situação que preocupa. Estão sendo buscadas
350 soluções para isso, mas é importante não perder o foco, que é trabalhar com o
351 setor minerário de maneira que seja uma atividade que seja feita com o máximo
352 de segurança possível para preservar os recursos hídricos. Eu acho que esse é o
353 grande foco. Estão sendo feitos os trabalhos, os estudos. Realmente é uma
354 situação que preocupa. Concordo com o Tales. Mas eu não vou me alongar, eu
355 acho que poderíamos até, em uma outra sessão, colocar esse tema específico.
356 Acho que vamos ter oportunidade hoje mesmo, já que vão ser colocadas as
357 ações do governo do Estado com relação ao rompimento da mina de
358 Brumadinho, da mina de Córrego do Feijão, e então podemos estar
359 complementando. Com relação à ação que a Copasa está realizando hoje para
360 fechamento da Mina do Engenho D'Água, localizada em Rio Acima, a cerca de
361 7,5 km da captação do rio das Velhas, o Anderson também até vai complementar.
362 O Anderson está junto desde o início. É um empreendimento que está
363 abandonado desde 2012. Que mesmo antes desse convênio, que está assinado
364 entre o governo do Estado e a Copasa, a Copasa já teve algumas iniciativas, em
365 conjunto com a SEMAD, de fazer algumas ações emergenciais, principalmente
366 com relação a drenagens emergenciais e também a monitoramento da qualidade
367 daquela água contaminada que existe lá no barramento 2, lá de Rio Acima. Então
368 isso já vem ocorrendo desde 2015. Diante dessa preocupação, realmente, de um
369 risco alto que nós temos próximo da principal captação, que é o rio das Velhas,
370 junto com o governo, a Copasa assumiu a execução das obras de um projeto de
371 fechamento que foi contratado pela Setop. Essas obras iniciaram no dia 11 de
372 abril, e hoje nós estamos finalizando uma base para implantação de uma estação
373 de tratamento. Porque lá tem duas barragens: uma barragem com rejeitos e uma
374 barragem com água contaminada. Então a primeira etapa dessa
375 descaracterização seria o tratamento dessa água contaminada. Então está sendo
376 feita essa base para a estação de tratamento desse líquido, para só depois entrar
377 com as obras de terraplenagem e de retirada desse rejeito. Na realidade, esse
378 rejeito vai continuar no local, vai ser confinado, e toda a área, recomposta. Nós
379 estamos à disposição para, na próxima reunião, apresentar o projeto, inclusive,
380 estar apresentando o andamento dessas obras.” Presidente suplente Anderson
381 Silva de Aguiar: “Obrigado, Nelson. Realmente, sobre o ponto das barragens eu

382 vou deixar para a apresentação que vai ser feita aqui pela equipe da SEMAD. Eu
383 não vou entrar muito nela. Só falar que há divergência entre os números que
384 você colocou em relação aos números que nós temos. Não vou entrar nesses
385 números. Agora é importante também frisar as ações que foram tomadas pelo
386 Estado desde o acidente que aconteceu no dia 5 de novembro de 2015. Então
387 veio a Lei 21.972, que, dentre os seus artigos, tem um que dá permissão à
388 SEMAD, no processo de licenciamento, para fomentar outras tecnologias
389 adversas à barragem, e isso tem sido tema das informações complementares em
390 todos os processos que as Suprams vêm conduzindo, especialmente as Suprams
391 que lidam especificamente ou em maior número com esse tipo de atividade.
392 Depois foi publicado o Decreto 46.993, que suspendeu o licenciamento de
393 barragem com alteamento para montante, impossibilitou que processos que
394 tinham FOB fossem formalizados e impediu também que a fase do licenciamento
395 em que aquela barragem estivesse ela avançasse. Ou seja, se ela tivesse LP,
396 não poderia ter LI nem LO, e assim sucessivamente. Entre setembro e novembro
397 – agora não me recordo muito bem a data –, foi publicada a deliberação
398 normativa, pela CNR/COPAM, que trata da disposição de rejeito em cava e
399 reaproveitamento de rejeito disposto em barragem. Porque havia necessidade de
400 se fomentar outras estratégias que não fossem barragem, havia preementemente
401 a necessidade de se caracterizar ou descomissionar as barragens, mas havia
402 ausência de normativo para fazer o reaproveitamento do rejeito ou ainda dispor
403 em sistema de cavas exauridas ou ainda não exauridas, disposto de forma
404 temporária. Então ela foi aprovada. Conseqüentemente a essas ações, também
405 veio a Deliberação Normativa COPAM 217, que auxiliou bastante o processo, e
406 muitas outras estratégias foram construídas e vêm sendo construídas para
407 combater – no bom sentido da palavra, obviamente – as estruturas de barragem
408 eliminando praticamente as de montante. Mas é claro que, quando aconteceram
409 a Lei 21.972 e o decreto, ficou um passivo para barragens de montante, grande
410 parte delas sem operação e uma pequena minoria ainda com operação, o que se
411 torna uma situação muito melhor monitorada do que aquelas que estavam sem
412 operação. E infelizmente a DN 210, que depois foi reformulada dentro da DN 217,
413 não deu conta de abrigar todos os processos de reaproveitamento de rejeitos
414 dispostos em barragem. Ainda temos muito o que fazer. Então veio a Lei 23.291,
415 agora neste ano, que não teve nenhum veto do governador, mostrando também
416 que é necessário e também é uma inclinação que a sociedade coloca e que o
417 governo absorve também de realmente ter uma posição firme, de combater o
418 problema e não se terem estruturas de barragem, principalmente com alteamento
419 para montante, mas também que possamos avançar na atividade minerária em
420 outras tecnologias para que se possa ter uma atividade segura, aquilo que todo
421 mundo espera, seja do ponto de vista das vidas humanas como outros também,
422 que são ambientais e também do ponto de vista econômico, tal como o
423 abastecimento de água para a população. Falando rapidamente, o Nelson já se
424 propôs a fazer uma apresentação depois sobre a Mundo Mineração, mas é algo

425 que todo mundo escuta falar na mídia, várias notícias sobre isso. É uma
426 mineração de ouro em que a empresa que estava no local saiu do país, deixou
427 um passivo ali. O Estado entrou na Justiça contra essa empresa para tentar que
428 ela recuperasse aquela área. A empresa não foi encontrada, e houve uma outra
429 ação, posteriormente, em que o Estado foi condenado a recuperar aquela área.
430 Nós fizemos um termo de cooperação técnica, mas também um termo de
431 cooperação mútua entre vários órgãos do governo, e nesse também a Copasa foi
432 chamada, que posteriormente submeteu ao seu conselho de administração o
433 custo da obra para manter aquela estrutura estável, encapsulamento naquilo que
434 fosse possível e tratamento naquilo outro que era necessário. E aí nós viemos
435 percorrendo um longo caminho para chegar a esse ponto em que agora estamos.
436 As ações da administração pública não são fáceis. Todo mundo aqui que convive
437 com a administração pública, seja de forma direta ou indireta, sabe que
438 passamos por processo de licitação, aprovação, empenho, execução, ordem de
439 serviço e todos os outros que fazem parte do processo. Mas, enfim, foi começado
440 o processo, então, que vai dar para nós um pouco de calma, sem perder o foco
441 do problema, principalmente sobre as barragens da Mundo Mineração. E aí nós
442 vemos de que forma podemos acrescentar a isso na próxima pauta. Eu não sei
443 se na próxima pauta é muito precoce discutir o assunto, porque as obras estão no
444 início, ou talvez um pouco mais adiantado. Talvez na próxima fazemos só um
445 relato, mas falar sobre as atividades na Mundo Mineração.” Conselheiro Renato
446 Junio Constâncio: “Só acrescentar na fala do Giacomini, e dou os parabéns pela
447 iniciativa da DN e não esquecer também do Decreto 47.633, de 12 de abril, que
448 dispõe sobre os contratos de gestão entre o IGAM e as Agências de Bacia ou
449 entidades equiparadas relativa à gestão de recursos hídricos em rios de domínio
450 do Estado. Eu sou do Comitê do Velhas, da diretoria, convivemos direto com a
451 Agência Peixe Vivo e sabemos do esforço que foi, longo, mais de dois ou três
452 anos. Agora, finalmente, houve essa melhoria que vai trazer uma dinâmica
453 melhor para as agências e entidades equiparadas a agências de Bacia, um fato
454 importante também. Enquanto diretoria do Velhas, eu tenho que dar esses
455 parabéns, e convivendo com agência de Bacia. Outro ponto que eu gostaria de
456 colocar aqui é, enquanto usuário, Cemig, relativo aos Siscad, o novo sistema de
457 cadastro de usuários, que era para ter sido implementado acho que no ano
458 passado, a partir de 2018, e acabou sendo implementado e operado a partir de
459 agora no final de janeiro até março e até agosto, em dois estágios. Nós estamos
460 tendo muita dificuldade. Eu falo enquanto usuário Cemig. Nós temos mais de 200
461 cadastros para atualizar. Nós tínhamos a expectativa de que fosse aproveitado o
462 CNARH, da ANA, que hoje é regra, e não foi. Então está tendo resserviço, o
463 sistema tem muita inconsistência, e nós pontuamos até em uma reunião da
464 Câmara Consultiva do Alto do São Francisco, em que fazem parte todos os
465 Comitês estaduais do São Francisco e as empresas, os usuários, que fazem
466 parte da plenária, e pedimos um esforço do IGAM para melhor divulgação desse
467 instrumento de gestão, do cadastro, porque não foi pontuado em nenhuma

468 reunião de Comitês estaduais. Então eu acho que é uma oportunidade que o
469 IGAM deixa de ter, de usufruir para melhor divulgar a criação do cadastro, que é
470 importante. E enquanto diretoria do Velhas eu passo a palavra do nosso
471 presidente, o Polignano, a preocupação relativa ao cadastro, um instrumento de
472 gestão que reflete na questão da cobrança do uso da água e da sustentabilidade
473 do sistema, do Comitê e das agências. Hoje os boletos estão chegando ainda
474 com os dados do CNARH, porque é relativo ao anterior. Então como vai ficar a
475 partir de agora? Então eu acho que, a partir do próximo ciclo, e temos uma certa
476 preocupação quanto a essa questão da implementação até para manter o mesmo
477 cadastro. Então é só para pontuar e pedir uma explicação. Não precisa ser hoje.
478 Só para pontuar para os demais. Para quem tem bastante cadastro para fazer,
479 igual a Cemig – nós temos mais de 200 cadastros –, tem sido uma dificuldade
480 muito grande com o Siscad.” Thiago Figueiredo Santana/IGAM: “Primeiramente,
481 só colocar uma situação, que amanhã vamos mandar um e-mail convidando a
482 Cemig para ir à Cidade Administrativa fazer uma capacitação, da mesma forma
483 que fizemos com a Faemg e a Fiemg. A Copasa também já esteve dentro do
484 IGAM, fizemos toda a discussão de como funciona o processo. Agora quanto à
485 questão de tempo e aproveitamento de dados, é sempre divulgado, há vídeos
486 institucionais até de como ocorre o preenchimento do cadastro. Mas vamos estar
487 à disposição de vocês nesta semana para receber a quantidade de pessoas que
488 estiverem disponíveis para levar lá, para fazermos um cadastro dentro do IGAM.”
489 Conselheiro Hélcio de Miranda Baptista: “Eu vou tentar ser o mais breve possível
490 para não atrapalhar o tempo. O primeiro ponto. Eu gostaria de concordar com o
491 Nelson, da Copasa, e entrar mais no âmbito de uma solicitação. A questão das
492 barragens é um foco vital e temos que nos preocupar muito com isso. A Vale, no
493 Pará, tem um tipo de tecnologia que eu gostaria que fosse explicado aqui para
494 nós, conselheiros, assim o porquê de não se utilizar a tecnologia de
495 peneiramento a seco, que não demandaria nenhum tipo de utilização de água. Eu
496 acho que seria o caminho para nós utilizarmos essa tecnologia aqui também, não
497 só da Vale como das outras mineradoras. O segundo foco. Eu participei pela
498 primeira vez aqui na reunião da Câmara Técnica e senti que foram discutidas
499 várias variáveis de consumo, sustentabilidade, a questão da irrigação, mas ficou
500 faltando. Eu acho que aqui em Minas, por exemplo, antigamente tinha o
501 Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Foi criado o Dnit, que prevê,
502 além da parte de rodovias, outros modais, tipo as vias fluviais e as ferrovias.
503 Nesse ponto, eu senti que o DEER deveria ter acompanhado e passado a mexer
504 com modais fluviais e ferroviários também. Nesse ponto, eu gostaria de saber se
505 haveria alguma possibilidade de o Dnit fornecer um conselheiro para o nosso
506 Conselho. Porque o Dnit tem distrito em todos os Estados brasileiros, e seria
507 muito bom ouvir a questão da outorga, a parte que eu achei que ficou meio
508 obscura, que é a questão da navegabilidade. Não para o semiárido, mas para as
509 regiões que são melhor atendidas na questão de índices pluviométricos. Eu acho
510 que uma das coisas que poderíamos discutir aqui é a navegação nos leitos dos

511 rios em outras regiões que não fossem o semiárido. Quem sabe convidar, se
512 fosse o caso, uma pessoa do Dnit para compor uma das Câmaras Técnicas ou
513 então até o Conselho aqui.” Presidente suplente Marília Carvalho de Melo: “Na
514 semana passada, nós recebemos no IGAM uma pessoa que está promovendo,
515 junto com o Ministério dos Transportes, um trabalho que chama ‘Diálogos
516 hidroviáveis’. O Ministério dos Transportes está fazendo, no Brasil inteiro,
517 algumas discussões sobre esse assunto. Parece que vários estudos já tinham
518 sido feitos, inclusive de uma hidrovía no Grande, no São Francisco, e eles estão
519 procurando fazer três workshops em Minas. E aí ficou sob minha
520 responsabilidade e da Soninha fazer o contato com os respectivos Comitês para
521 organizarmos isso junto com os Comitês. Seria um no entorno do Lago de
522 Furnas, no Grande; um perto de Três Marias; e um terceiro que a minha memória
523 não está deixando lembrar. A ideia é agora já fazendo um no mês de maio, um
524 em junho e no início do segundo semestre o terceiro, exatamente para discutir
525 essa questão das hidrovias no Brasil. Pelo menos, na região Sudeste, São Paulo
526 está um pouco mais avançado em relação a isso, mas em Minas Gerais ainda
527 temos muito a avançar. Então tem essa discussão em pauta, nós vamos
528 conversar com os Comitês, mas podemos mandar também depois a informação
529 para os conselheiros aqui do Conselho.” Conselheiro Leonardo Romano: “Eu
530 quero me referir rapidamente aqui à questão do impacto do desastre de
531 Brumadinho na Represa de Três Marias. Hoje, só para dar uma ideia de
532 números, são cerca de 150 empreendimentos lá, de criação de tilápia, uma
533 produção de 20.000 toneladas/ano, e essa atividade, junto com turismo de pesca,
534 representa a principal fonte de renda e emprego na região. E de um lado eu
535 quero reconhecer o ótimo trabalho que está sendo feito – nós acompanhamos
536 ‘pari passu’ –, do IGAM, de todos os órgãos, do IMA. É um trabalho de qualidade
537 e com muita consistência. Isso dá um conforto para nós com relação ao
538 acompanhamento. Por outro lado, fica uma preocupação muito grande com as
539 notícias falsas que volta e meia surgem. Infelizmente, elas têm uma dimensão
540 muito maior do que os esclarecimentos e os relatórios oficiais. Então a
541 expectativa que nós temos – eu gostaria de registrar isso – é que haja uma
542 atenção muito grande nesses momentos de contrainformação, de
543 esclarecimentos. Porque é muito diferente o impacto de uma notícia que sai em
544 um portal de notícias ou em um telejornal de um relatório muito profundo que sai
545 no site do IGAM. Ninguém vai entrar lá. Então a nossa expectativa é que as áreas
546 de comunicação fiquem atentas para fazer esse trabalho de confirmação e de
547 esclarecimento. Porque nós estamos bastante confortáveis achando que o risco é
548 muito baixo, mas já há impacto. Quando se fala em peixe de Três Marias hoje em
549 dia tem gente que já questiona. E quando sai uma notícia falsa, uma
550 especulação, isso realmente prejudica. Então eu registro o apelo que eu faço
551 para que isso seja muito bem acompanhado.” Presidente suplente Anderson Silva
552 de Aguiar: “Obrigado, conselheiro. Só fazer o registro também de que, na CNR, a
553 Fetaemg também registrou a mesma preocupação. Cabe esclarecer sempre que

554 é possível. Já tem algumas regiões em que os próprios moradores da região
555 estão fazendo vídeo e mandando pelo WhatsApp. Eu recebi e até compartilhei
556 com a Marília há um tempo. E infelizmente tem informação falsa que acaba
557 chegando em uma velocidade muito maior do que aquela informação que é
558 verdadeira e esclarecedora. O único remédio para isso é nos unirmos em forças
559 para disseminar a informação verdadeira da forma mais ágil possível. Mas a
560 comunicação do Sisema fica à disposição de todos aqui presentes que queiram
561 compartilhar e contribuir também.” Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da
562 Silva: “É a primeira reunião do ano, do Conselho. Mesmo que os rostos que estão
563 aí na mesa são os mesmos do ano passado, mas desejar um bom trabalho em
564 seu nome, Anderson, representando o secretário, a esta gestão, que é a mesma
565 do governo anterior. Mas que fique essa mensagem. Trata-se, lógico, de um
566 outro governo. Mas a vocês todos um bom trabalho. E aos conselheiros, nós
567 temos assistido um pouco a questão da discussão sobre o enfraquecimento dos
568 conselhos, especialmente no nível federal. Isso nunca passou por Minas Gerais.
569 Então deixar uma mensagem a vocês que estão nos municípios aqui no Estado
570 para que a gente não deixe a peteca cair, que realmente fortaleçamos os nossos
571 conselhos, os nossos órgãos de governança, que sempre foram um pilar muito
572 forte da democracia. E que tenhamos essa mensagem. Se a história está um
573 pouco difícil lá em cima, que façamos o nosso papel aqui em fortalecer cada vez
574 mais esses conselhos. Eu queria deixar essa mensagem por conta do que vem
575 acontecendo recentemente nessa estrutura federal, principalmente, realmente, de
576 uma destruição por parte do Sistema Nacional de Meio Ambiente, do que temos
577 um pouco assistido. Cada um aqui tem sua parcela, na realidade, de
578 fortalecimento. Segundo, eu queria também parabenizar o contrato de gestão,
579 que saiu recentemente. Foi uma dívida que estava se arrastando, que nós
580 tivemos uma notícia que isso viria a ser publicado. O governador publicou isso,
581 recentemente, que vai diretamente às agências de Bacia. Era o que as agências
582 e o sistema estavam guardando, algo que nos ajuda muito. Por fim, só levar uma
583 outra preocupação que temos com o IGAM, ainda aquele lapso. Eu acho que isso
584 deve envolver, óbvio, ainda a questão orçamentária. É o que vários Comitês
585 estão passando por agora, que é ainda a falta da oficialização das Oscips por
586 parte de vários Comitês de Bacia, que tiveram suas escolhas já no processo no
587 final do ano passado. Se vocês já tiverem alguma perspectiva. Realmente, isso
588 ainda depende da questão orçamentária, mas estamos muito preocupados e
589 precisamos resolver isso. Então deixar essa mensagem, especialmente, talvez à
590 Fazenda. Não sei onde se está barrando isso. Mas os Comitês, quem não tem
591 cobrança, estão em uma situação muito complicada. São dezenas de Comitês
592 que estão aguardando esse recurso para ajudar um pouco a gestão de recursos
593 hídricos no Estado. Então fica a minha mensagem a vocês. E fico grato por estar
594 aqui nesta reunião com todos aqui.” Presidente suplente Marília Carvalho de
595 Melo: “Malacco, eu agradeço a sua fala sobre essa questão das Oscips, que
596 fizemos o processo licitatório no final do ano passado. São R\$ 16 milhões,

597 inicialmente, para três anos. No início do ano, identificamos que tinha um
598 problema no cálculo que tinha sido feito em relação ao valor do Fhidro. Então
599 esse valor foi ajustado para assinarmos o contrato por cinco anos. Nós
600 solicitamos aprovação. Agora todo processo orçamentário passa por uma
601 comissão única no Estado. Todos vocês sabem, o Estado está fazendo uma série
602 de ajustes fiscais para dar conta do déficit que hoje existe no Estado. Então nós
603 fizemos uma solicitação à Seplag para que nos autorize a assinar. Então nós
604 estamos aguardando esse retorno. Um ponto que eu queria só mencionar é que
605 os Comitês não estão em uma situação difícil. Enquanto isso, nós estamos
606 bancando, como estávamos. Tem secretário em todos os Comitês, tem diária
607 para todos os membros de Comitês. Isso, inclusive, a Seplag nos autorizou, essa
608 execução está acontecendo normalmente. Então eu acho que é bom só
609 esclarecer isso, em que pese nós também estamos fazendo a gestão dentro do
610 governo para que isso seja feito via Oscip, porque entendemos que é o processo
611 melhor, mais ágil e mais eficaz para o funcionamento dos Comitês. Então
612 estamos aguardando esse retorno da Seplag.” Conselheiro Gabriel Augusto
613 Campos: “Eu estou com uma notícia aqui que muito assustou a região do Sul de
614 Minas, publicada pelo G1, embasada em cima do Ministério da Saúde, de que 45
615 cidades do Sul de Minas apresentam agrotóxicos acima da montante da ETA.
616 Então até na cidade de Itapeva foram apresentados 27 tipos de agrotóxicos no
617 meio da água. E foi alarmada a população, a população está desesperada com
618 essa publicação, que saiu na EPTV e no G1, que foi embasado em cima do
619 Ministério da Saúde. Mas também poderia ser por alimentos. Eu soube de 20 a
620 30% de pessoas cancerígenas na cidade nesses últimos anos. Eu queria saber
621 do Conselho qual é o parâmetro que temos que tomar, se vamos atrás de alguém
622 que regulamente isso, se tem um controle dos agrotóxicos que são vendidos para
623 o produtor. Por que o agrotóxico do produtor? Eu trabalhei dez anos na
624 agropecuária, que sempre vendeu agrotóxicos sem controle nenhum. O produtor
625 rural sempre comprou agrotóxicos sem um controle. No mercado obscuro, não
626 sei, mas sempre teve essa venda de agrotóxicos. Então eu queria saber o que o
627 Conselho pode fazer para ter o controle que regulamente quem venda o
628 agrotóxico, quem esteja usando, qual a providência que o produtor rural tem que
629 tomar, as plantações, ele ter o entendimento do risco que trazem os agrotóxicos.
630 Meu amigo, na defesa agora do artigo dele, usou agrotóxico na produção de
631 tomate. E o que aconteceu? Desse artigo dele, quase 100% dos produtores rurais
632 não sabem o que é o EPI, como que usa o EPI. Tem uma máscara para fazer a
633 plantação, mas a máscara ele usa um ano, dois anos. Ele pega a roupa para
634 fazer sua plantação na lavoura e deixou uma semana, 15 dias, a roupa lá, não
635 troca a roupa. E a roupa contaminada, quando vai para casa, ele põe para lavar
636 junto com a da família, contaminando toda a família. Isso foi o levantamento
637 técnico na defesa do artigo dele na pós-graduação. Então eu queria saber o que
638 o Conselho pode fazer para termos um maior controle do agrotóxico. Eu não sei
639 se é verdade essa reportagem. Nós vamos fazer uma pesquisa lá agora, fazer a

640 captação de água nos três rios, para ver se é isso mesmo que está acontecendo,
641 de que têm 27 tipos de agrotóxicos no rio e que grande parte deles são
642 cancerígenos. Indo um pouco mais além também na qualidade do rio, a parte do
643 saneamento. Em Itapeva, o esgoto é jogado no rio, não tem nenhum tratamento,
644 e tem a DN 96/2009, que propõe que todos os municípios, até março de 2017,
645 tinham que estar com estação de esgoto montada e tratando 60% do esgoto.
646 Dentro da concessão de Itapeva com a Copasa não tem nenhum levantamento
647 topográfico, nenhum projeto onde vai ser a estação. Então quem vai fiscalizar,
648 quem vai contestar a Copasa desse dano que ela está causando ao meio
649 ambiente, desse esgoto que está sendo jogado no rio? Então eu queria também
650 um parecer, que o Conselho aqui falasse sobre a questão da qualidade da água
651 dos rios, em parecer de agrotóxicos, em parecer do saneamento, em todas as
652 partes. Ou façam um decreto falando de alguma coisa, que possamos ter o
653 domínio e votar o bem aqui do Conselho, que são os recursos hídricos.”
654 Presidente suplente Anderson Silva de Aguiar: “Conselheiro, eu acho que você
655 trouxe aqui diversas questões que, inclusive, ultrapassam competências.
656 Algumas competências nós podemos discutir aqui, outras competências são de
657 órgãos do Estado que estão aqui presentes ou até mesmo da Copasa, e algumas
658 delas, que eu percebi pela sua fala, são do órgão federal. Eu vou passar aqui
659 para algumas pessoas falarem, a Dra. Marília vai falar, o Rodrigo, pela Seapa, vai
660 falar. Não sei se o Dario gostaria de falar sobre isso também. Mas essas
661 questões têm que ser repartidas pelas suas competências e dirigidas para os
662 órgãos, para conseguirmos fazer com que você tenha as respostas mais
663 adequadas.” Conselheiro Gabriel Augusto Campos: “Eu estou colocando esse
664 assunto aqui para acharmos uma solução para essa problemática, o que o
665 Conselho pode fazer sobre esses assuntos, em que ele pode intervir, onde ele
666 não pode, o que ele pode direcionar, o que não pode. Então no mais é para o
667 Conselho ter conhecimento do que está acontecendo para ver as ações que
668 podem ser feitas.” Presidente suplente Marília Carvalho de Melo: “Eu vou falar do
669 ponto de vista da qualidade da água, porque são duas questões em relação ao
670 agrotóxico que você coloca. A primeira é a questão do controle na fonte, ou seja,
671 da comercialização e da aplicação, que o IMA tem uma competência legal, e o
672 Rodrigo vai falar um pouco. E a segunda é a questão de final de linha,
673 exatamente a questão da qualidade da água, o impacto do uso de agrotóxico na
674 qualidade da água. Infelizmente, o nosso sistema de monitoramento de qualidade
675 da água não monitora indicadores de agrotóxico. Inclusive, o nosso laboratório
676 não tem essa expertise. Eu estava até conversando aqui com a Katiane, porque
677 eu acho que essa é uma preocupação, sim, porque o IMA tem o papel de
678 fiscalização e exerce muito bem, mas o Estado não consegue ser onipresente.
679 Essa questão da responsabilidade técnica é muito séria, como já foi colocada
680 hoje aqui da irrigação. É a mesma coisa dos agrotóxicos. Eu acho que esse é um
681 ponto até que o Crea, Rayssa, pode trazer uma discussão sobre isso, porque
682 muitas vezes o que acontece é exercício ilegal da profissão, que traz um dano

683 ambiental, e aí criminalizamos o setor. Porque na verdade não têm técnicos
684 assessorando as pessoas a utilizarem agrotóxicos de maneira adequada, na
685 quantidade adequada. Mas eu queria conhecer essa reportagem, porque nós
686 estamos dispostos, inclusive, a pensar em uma rede de monitoramento dirigida
687 em algumas regiões para avaliarmos isso junto, até em parceria com a Seapa,
688 para ver como podemos aprimorar o sistema de controle. Eu vou te dar um relato
689 pessoal. A minha família é de Nepomuceno, no Sul de Minas, minha mãe é
690 engenheira química de formação, e começou a ter muito câncer mesmo em
691 Nepomuceno. E o ponto de captação é a jusante de uma área produtora de café.
692 Então o SAAE de Nepomuceno já está fazendo pesquisa sobre essa utilização de
693 agrotóxico e como ela está impactando. Porque é isso, é não demonizar. De
694 remédio nós precisamos, mas temos que saber qual é a dosagem certa. De
695 agrotóxicos nós precisamos, para garantir que a população se alimente etc., mas
696 temos que saber a dosagem certa. Então só para deixar clara a posição, que eu
697 não sou contra agrotóxico. O Thiago fica me falando isso diariamente. O Thiago
698 falou que remédio é feito para usar, e eu concordo. Mas temos que entender qual
699 é a dose que está sendo usada e como ela carrega – o excesso, que não é
700 utilizado pela planta, de fato – para o curso d’água e gera impacto à saúde, sim.
701 Então eles estão fazendo alguns monitoramentos já no município de
702 Nepomuceno. Eu vou dar uma estudada com a minha equipe, com essa
703 reportagem, para pensarmos em redes dirigidas junto com a Secretaria de
704 Agricultura.” Conselheiro Rodrigo Carvalho Fernandes: “Marília, eu prometo que
705 não vou ficar muito com ar professoral. Quando eu falo de agrotóxicos, eu me
706 empolgo. Eu tenho 12 anos de carreira, e desses 12 anos de carreira sete foram
707 a serviço do Instituto Mineiro de Agropecuária, e os outros cinco servindo como
708 superintendente da Seapa. Mas nesses sete anos, além de ser engenheiro
709 agrônomo e além de ser egresso do IMA, eu trabalhei três anos em Machado,
710 Pouso Alegre, em um raio de 40 municípios, inclusive, Itapeva era minha área de
711 abrangência, Extrema e todos aqueles municípios no Sul de Minas. Então três
712 anos na linha de frente, fiscalizando o uso de agrotóxicos em propriedades rurais,
713 em estabelecimentos comerciais. E depois quatro anos coordenando toda a área
714 de agrotóxicos no Estado de Minas Gerais. Então é um assunto que eu fico
715 extremamente confortável para falar. Eu não vou me alongar, mas alguns pontos
716 não podemos deixar de falar. Primeiro, é extremamente salutar que você traga
717 esse tema aqui, até porque teve esse laudo agora, porque agrotóxico é, sem
718 sombra de dúvida, a tecnologia mais polêmica da agricultura, muito mais que
719 transgênicos, mais do que a própria irrigação. Então é igualmente importante que
720 a gente sempre discuta principalmente com lastro técnico-científico, porque a
721 ciência pacífica os conflitos. Então o primeiro ponto que eu critico e questiono, no
722 bom sentido, esses lados que foram feitos é justamente à luz da ciência. Diversos
723 Estados, os órgãos estaduais, as próprias universidades já sinalizaram colocando
724 alguns pontos em relação à metodologia que foi utilizada. Em traços que foram
725 encontrados há agrotóxicos que são poluentes persistentes, então, dependendo

726 do limite máximo de resíduo encontrado, vai encontrar mesmo. Os
727 organoclorados na cafeicultura que banimos na década de 80 ainda
728 encontramos, traços ainda são possíveis de serem encontrados. Mas eu quero
729 deixar claro que, comungando da visão da Marília, a Seapa adota uma postura
730 totalmente isenta de conflito de interesses. Não apregoamos o uso de agrotóxicos
731 nem o desestimulamos. Para nós, é o livre arbítrio do produtor rural optar pelo
732 modelo de exploração agrícola que usufrua ou não de agrotóxicos. Nós não
733 podemos fechar os olhos que mais de 90% dos produtores optam pelo modelo
734 convencional de exploração, com utilização de agrotóxicos, adubos químicos,
735 melhoramento genético, todo esse rol de tecnologias que faz com que a nossa
736 agricultura seja extremamente pujante, com quase 40% do PIB. A maior praga
737 que existe é a desinformação. E infelizmente quando discutimos agrotóxicos é
738 carregado de desinformação em campos essencialmente ideológicos. Então, sem
739 adotar um ar muito catedrático, eu quero só deixar claro para você aqui o registro.
740 Então esse nexos causal. Eu não sou toxicologista. Nós citamos diferença entre o
741 veneno e o remédio e a dosagem. Citando Paracelso. Eu não sou toxicologista,
742 não posso inferir com propriedade sobre câncer, não sou oncologista. Mas eu
743 posso te assegurar que todos os agrotóxicos legalmente registrados passam pelo
744 crivo de três ministérios do Brasil, com toda moral elevada, com todo o trato e
745 esmero com a coisa pública. Então o Ministério da Agricultura, que confere o
746 registro, alicerçado no Ministério da Saúde, por meio da Anvisa, e no Ministério
747 do Meio Ambiente, por meio do Ibama, garante que toda molécula não é
748 cancerígena, não tem malformação fetal, outros critérios que, se detectados, já
749 nem registra. Ilegalidade de produtos, aí é caso de Polícia Federal, é caso difícil
750 de controlarmos. E aí, já sendo um pouquinho corporativista, porque vou citar um
751 colega do Ministério da Agricultura, que tem uma linha tênue de corporativismo
752 que é salutar. E para falar do IMA eu a jogo à enésima potência. O Estado de
753 Minas Gerais é o que mais fiscaliza e o que mais educa na esfera de agrotóxicos.
754 E nós temos bem claro que é essa dobradinha. Então nem só o comando e
755 controle vai resolver o problema da defesa agropecuária de agrotóxicos nem só a
756 educação sanitária. Eu vou parafrasear o meu ex-chefe, que agora é diretor-geral
757 do IMA, o Talles, que fala que há pessoas que aprendem com amor e outras que
758 aprendem com a dor. Então para nós é esse binômio também de fiscalizar,
759 comando e controle, e educar, conscientizar e educar para que tenhamos um
760 desenvolvimento rural sustentável. Então só deixar claro de agrotóxicos. O
761 registro passa pelo crivo de três ministérios do governo federal e depois disso é
762 todo fiscalizado pelo IMA. Desde o comércio até o monitoramento de resíduos e a
763 destinação das embalagens vazias de agrotóxicos, o IMA faz com maestria.
764 Então nós somos o que mais fiscalizamos, o que mais educamos, embora
765 sejamos apenas o sexto em consumo. Então, em uma linha direta de raciocínio,
766 você iria pensar que o Mato Grosso é o que mais fiscaliza porque é o que mais
767 utiliza agrotóxicos. Então nós somos o sexto em utilização e o que mais
768 fiscalizamos. A Marília lembrou bem, o IMA tem 212 escritórios seccionais, mas,

769 tecnicamente, está nos nossos 853 municípios. Mas ninguém tem capilaridade
770 física e financeira para fiscalizar mais de 600 mil propriedades rurais. No último
771 Censo Agropecuário, eram 553 mil, e os dados do CAR já apontam mais de 600
772 mil propriedades rurais. Então nós fazemos a amostragem mais representativa
773 possível e a fiscalização mais inteligente possível. Mas aqui estão sentados na
774 mesa diversos atores para garantir essa segurança. Nós nunca vamos nos furtar
775 do debate; a Seapa. Agrotóxicos, uma tecnologia que está diretamente atrelada à
776 nossa pujança, à nossa produtividade. Estamos em um país tropical, então a
777 proliferação de pragas e doenças é muito mais que nos países europeus, que
778 têm um congelamento natural. Então nós temos que fomentar a agroecologia, o
779 orgânico, o controle biológico. A cana-de-açúcar é um exemplo clássico, que
780 muitos rotulam como monocultivo, mas mais de 50% do controle de defesa
781 agropecuária da cana-de-açúcar são por meio do controle biológico. Então nós
782 temos que melhorar, sim, mas sem as vilanizações e demonizações. Obviamente
783 que existem arestas que precisam ser aparadas, produtores que transgridam têm
784 que ser exemplarmente punidos, mas eu posso te assegurar que a maioria dos
785 nossos produtores rurais, além da nobreza de produzir alimento, fazem com toda
786 vocação com a terra. Então usam agrotóxico de forma racional. Usar de forma
787 racional e mitigar o risco do uso que é o grande caminho. Mas eu quero citar aqui
788 alguns atores envolvidos. Você citou o Crea, Marília. E nós verificamos todos os
789 atores. Então o produtor rural é o elo mais importante, mas, infelizmente, sem ser
790 pejorativo, é um dos mais fracos dessa cadeia, com menos recursos financeiros,
791 menos recursos tecnológicos, menos assistência técnica. Nós temos que pôr
792 alguns dedos na ferida aqui para cicatrizar. A Lei de Agrotóxicos é exemplar, o
793 arcabouço legal é muito amplo, vai desde o registro até a destinação das
794 embalagens vazias. Logística reversa de agrotóxico é referencial teórico para
795 outros escopos. O que agora se discute de agrotóxicos tem quase 20 anos, que é
796 um sonho. Talvez seja a única pauta positiva quando se fala de agrotóxicos. Uma
797 embalagem gera produto, se lavada, inutilizada e devolvida corretamente, ela
798 deixa de ser um resíduo e volta a ser produto. Que é o sonho de toda a logística
799 reversa. Mas disparado o maior dedo na ferida que nós temos que fazer, aí nós
800 precisamos da ajuda substancial do Crea e precisamos que todos os engenheiros
801 agrônomos e técnicos agrícolas aqui nesta mesa façam o mea-culpa necessário,
802 que é o receituário agrônomo, que era para ser a maior valorização da nossa
803 profissão. Nós fazemos uma analogia aqui de um médico receitando para o
804 humano, então com todo o diagnóstico, anamnese, com todo o esmero, com tudo
805 que aprendemos de manejo integrado de pragas, entomologia básica agrícola,
806 fitopatologia. Enfim, toda a carga que temos na engenharia agrônoma. Mas
807 infelizmente, atualmente, está sendo uma validação de venda. Então acontece,
808 sim, de o produtor ir a uma revenda devidamente registrada pelo IMA, com o
809 engenheiro agrônomo, com responsável técnico, tudo certinho, mas ir lá e
810 conseguir sair com um agrotóxico sem ter tido um diagnóstico, anamnese, na sua
811 propriedade rural. E é um caso que transcende o IMA. É um caso em que eu faço

812 aqui uma boa provocação para o Crea de garantir o exercício e a ética
813 profissional. E o mea-culpa nosso mesmo, engenheiros agrônomos e técnicos
814 agrícolas e engenheiros florestais, que são os que podem emitir receituário
815 agrônômico, que o façam com tudo que aprenderam na academia. Mas sobre
816 agrotóxico eu gostaria de ter uma palestra aqui, Marília. Eu não quero me alongar
817 mais, mas esse estudo tem que ser analisado minuciosamente e à luz da ciência,
818 porque a ciência pacifica os conflitos. Mas é altamente questionável, em alguns
819 Estados, o que foi ventilado. E infelizmente ventilado com muito alarmismo, o que
820 não é salutar para nada.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Gabriel,
821 primeiro, eu não tenho conhecimento da reportagem, eu não li. Eu vi que
822 realmente está tendo uma discussão, sei só em linhas gerais que parece que um
823 instituto de pesquisa buscou alguns dados no Sisagua, fez um mapa do Brasil e
824 verificou que o problema de agrotóxico é generalizado, principalmente na região
825 Sul, nos municípios. Eu não tenho o detalhamento disso, mas eu só queria
826 informar que agrotóxico é pesquisado pela Portaria consolidada nº 5, anexo 20,
827 que estabelece os padrões de potabilidade de água. Lá estão listados agrotóxicos
828 que têm que ser monitorados na água distribuída. Então são 27 tipos de
829 agrotóxicos que precisam ser pesquisados, é um dado que existe, uma referência
830 que pode ser pesquisada. Eu acho que vou até deixar a questão do esgoto para o
831 Rodrigo poder estar respondendo.” Conselheiro Rodrigo Bicalho Polizzi: “Só
832 brevemente para complementar, foi questionada a questão do esgoto, então
833 quem fiscalizaria a Copasa. A Arsae é a Agência Reguladora, regula e fiscaliza
834 todos os municípios onde a Copasa presta serviço. Além da Copasa, a Copanor
835 também. E outros municípios também delegam essa função para a Arsae. No
836 caso de Itapeva, para não entrar em detalhe, como a concessão de esgoto está
837 com a Copasa – o Nelson acabou de informar aqui –, eu vou te passar meu
838 contato, e aí você me passa mais detalhes para trabalharmos nessa demanda.
839 Avaliamos uma fiscalização ou uma outra atração para tirar todas as dúvidas e
840 avaliar a prestação de serviço. Temos que avaliar por que tem essa defasagem
841 na questão do esgoto, e na qualidade da água se tem alguma coisa para
842 investigar com mais detalhes.” **DELIBERAÇÕES. 4) EXAME DA ATA DA 117ª**
843 **REUNIÃO DO CERH.** Aprovada por unanimidade a ata da 117ª reunião do
844 Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, realizada em 13 de
845 dezembro de 2018, com as seguintes abstenções: SES, Mover, Arsae e
846 Prefeitura Municipal de Patrocínio. Ausências: Abas, Instituto Guaicuy e
847 Prefeituras de Araçuaí, São João do Manteninha, Viçosa e Santa Bárbara. **5)**
848 **INDICAÇÃO DE 2 (DOIS) CONSELHEIROS, SENDO 1 (UM) TITULAR E 1 (UM)**
849 **SUPLENTE, PARA COMPOR A COMISSÃO ESTADUAL P2R2 MINAS.**
850 **Apresentação: Subsecretaria de Fiscalização (Sufis/SEMAD).** Aprovada por
851 unanimidade a indicação dos conselheiros Elbert Figueira Araújo Santos e
852 Fernando Silva de Paula, da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento
853 de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae), como
854 representantes do Plenário do CERH na Comissão Estadual P2R2 Minas, para as

cadeiras de titular e suplente, respectivamente. **6) AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS (ANO BASE 2018) DO PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DAS ÁGUAS (PROGESTÃO).** **Apresentação: IGAM.** Após apresentação pelo IGAM, nesta sessão, o Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou por unanimidade o cumprimento das metas de gerenciamento de recursos hídricos de Minas Gerais (ano base 2018) do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão). A Presidência registrou ausência das seguintes entidades durante a votação: Abas, Instituto Guaicuy, Seda, SES, Apas, Sedectes, SEE, Abes e Prefeituras de Araçuaí, São João do Manteninha, Viçosa e Santa Bárbara. O Plenário do CERH aprovou também por unanimidade a indicação dos conselheiros Odorico Pereira de Araújo (Fiemg), Antônio Giacomini Ribeiro (Angá) e Hércio de Miranda Baptista (Setur) para participar da oficina a ser realizada no IGAM, na Cidade Administrativa, no dia 30 de abril, à 9h, com o objetivo de iniciar o segundo ciclo do Progestão com a definição de um novo quadro de metas. **7) CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DOS RESULTADOS DO MONITORAMENTO DA GOVERNANÇA DO SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS PREVISTO NA DN CERH-MG Nº 61/2018.** **Apresentação: IGAM.** Aprovada por unanimidade a criação da comissão de análise dos resultados do monitoramento da governança do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais, previsto na DN CERH-MG nº 61/2018. A Presidência registrou ausência das seguintes entidades durante a votação: CRBio, Abas, Instituto Guaicuy, Seda, SES, Apas, Sedectes, SEE, Abes e Prefeituras de Araçuaí, São João do Manteninha, Viçosa e Santa Bárbara. O Plenário do CERH fez ainda a indicação dos seguintes representantes para compor a comissão: Copasa e Ibram, representantes dos usuários; Crea e UFU, representantes da sociedade civil; Prefeitura de Patrocínio e Prefeitura de Itabirito, representantes do poder público municipal; Seplag e Arsae, representantes do poder público estadual. **APRESENTAÇÕES. 8) AVALIAÇÃO DAS DIRETRIZES DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS E PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DA MODELAGEM ÓTIMA DAS UPGRHS.** **Apresentação: IGAM.** A diretora-geral do IGAM, Marília Carvalho de Melo, apresentou ao Plenário do CERH avaliação das diretrizes do Plano Estadual de Recursos Hídricos e projeto de implementação da modelagem institucional ótima para o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos em Minas Gerais. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. **Debates.** **Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares:** “Giacomini, eu vou pedir licença, porque vou falar de conceito. Eu sei que você e o Gustavo estão aí mais para a tecnicidade e então vou deixar para vocês. Eu devia ter batido palma na hora que acabou, porque, apesar de eu estar um pouco desatualizado na questão de recursos hídricos, eu fiquei afastado um tempo, meu consultor técnico privado

898 me atualizou com algumas perguntas que eu fiz para ele e demorou para
899 fazermos essa revisão das diretrizes do Plano Estadual e dos Planos de Bacia.
900 Porque eu entendo que, quando foi implantado, a nossa realidade de gestão
901 pública era outra completamente diferente e soberba. E tinha um pensamento,
902 que era um pensamento inicial, um pensamento inovador em termo de país, e
903 aquilo foi uma forma, um conceito que se criou dessa gestão compartilhada e
904 descentralizada. Queria-se mais autonomia, houve problemas para se fazer essa
905 gestão autônoma de todas as formas, não foi só a questão financeira, tinha um
906 problema estrutural devendo rever algumas coisas no decreto. O primeiro decreto
907 reviu a questão dos 7,5%. Enfim, Marília, eu bato palma pessoalmente porque
908 acho que demorou. Se a proposta do IGAM é a melhor proposta, eu não sei, vai
909 ser discutida pela Câmara. O acho que o conceito é esse. Se esse é o modelo, aí
910 nós vamos discutir, e o Conselho vai deliberar depois. Mas demorou, porque nós
911 estamos precisando de atualizar, renovar e inovar, e dentro da realidade que tem
912 hoje. Porque eu acho que pior do que a realidade que está hoje nós vamos estar
913 preparados. Agora na hora em que melhorar um pouquinho aí nós vamos estar
914 mais preparados ainda para essa nova realidade. Então por isso que eu dou os
915 parabéns para equipe toda do IGAM e do Sisema, porque nós precisávamos
916 disso e merecíamos isso. Porque é um Estado que tem uma característica de
917 hidrografia muito diferenciada do restante.” Conselheiro Antônio Giacomini
918 Ribeiro: “Você fez uma provocação monstruosa, e seria pouco tempo para falar,
919 mas eu quero concentrar naquilo que eu acho essencial mesmo. Apoio também
920 essa questão conceitual que você colocou, a realidade era outra, mas pela
921 primeira vez nós vamos trabalhar em cima do Plano Estadual. E você sabe disso
922 porque eu sempre reclamei disso, que o nosso marco institucional e legal é o
923 Plano. E foi assim que nós começamos a trabalhar no GT de Monitoramento. Eu
924 pedi para a Secretaria imprimir o capítulo relacionado a monitoramento e distribuir
925 para todos os membros do nosso GT. E a segunda reunião foi baseada em cima
926 de um conjunto de questionamentos que nós fizemos para o próprio IGAM a
927 respeito do Plano. Você deve ter tido conhecimento disso. Então vamos dizer
928 assim, figurativamente, a nossa Bíblia é o Plano, e ponto, é o nosso ponto de
929 partida e o ponto de chegada. Agora isso não quer dizer que nós vamos
930 obedecer cegamente, aí já não é mais uma questão de fé, é uma questão de
931 ciência. Nós vamos primeiro tratá-lo criticamente. Essa abordagem crítica que
932 você fez. Revela muito das suas características, claro, você e sua equipe que
933 trabalharam nisso. Mas trazendo para o coletivo essa discussão, essa crítica, ela
934 vai ser apontada na reconstrução do Plano naquilo em que ele é essencial, na
935 questão da gestão mesmo. E onde está o gargalo? Você aponta em uma direção,
936 e em uma primeira leitura podemos falar ‘mas a Marília está se contradizendo na
937 própria fala dela’. Porque aponta a necessidade de apresentar uma conformação
938 espacialmente mais vantajada onde pega, por exemplo, PN1, PN2, PN3 e
939 coloca em uma coisa só. Não, aqui é para definição de políticas regionais. Tudo
940 bem. Agora na sua fala você fala ‘mas o Comitê do Tonhão, lá do Paracatu, não

941 consegue, entre ribeiros, resolver o problema local'. Mas como está apontando
942 uma direção macro se diz que o Comitê não consegue resolver o problema local?
943 Aí você traz o exemplo do Velhas, que tem os seus chamados subcomitês. Aí
944 você trouxe, dois exemplos, da França e da Espanha. O da Espanha eu conheci.
945 Eu participei de uma reunião em uma cidadezinha onde domingo, depois da
946 missa, reuniram-se todos os irrigantes e a prefeitura na praça, e eles fizeram a
947 gestão compartilhada da água para os próximos seis meses. Na praça, uma
948 associação formal. E nós temos aqui hoje. 'Ah, então a solução é local'. O
949 problema é local, mas tem uma diretriz que vem da região, tem um gestor
950 estadual. É uma organização, mas que tem que valorizar a local. Nós trouxemos
951 aqui para este Conselho em uma ocasião, já faz uns dois anos, um presidente de
952 uma associação de Iraí de Minas. Ele veio mostrar, dentro da sua modesta
953 linguagem, como é que dá certo essa gestão compartilhada lá, que era uma área
954 de muito conflito, e hoje eles estão pacificados. Eles já têm monitoramento há 15
955 anos, são 22 pontos de monitoramento nas sub-bacias, e cada sub-bacia
956 corresponde a uma outorga, a um processo coletivo de outorga, onde eles se
957 reúnem e fazem o planejamento de safra para que a Q7,10 continue a fluir
958 direitinho. E a partir desse momento nunca mais teve problema. Eles apanharam
959 muito, teve polícia, teve briga, teve Ministério Público, teve IGAM suspendendo
960 outorga. A partir desses conflitos, viram que o problema na base se resolve na
961 base, no diálogo e com apoio técnico. Então nós temos essas duas dimensões
962 para compatibilizar. O caminho que eu acho é esse, realmente. E eu ia perguntar
963 no final, e antes você concluiu. Tudo bem. Agora como fazer isso? Eu acho que o
964 diagnóstico é por aí mesmo que você fez. Agora como materializar isso, mudar,
965 fazer a passagem para tornar isso viável na prática? Então tem a CTPLAN e têm
966 agora os instrumentos e os mecanismos de que dispõe o Conselho para levar
967 isso em frente. Então eu acredito realmente. Pessoalmente, eu estava um pouco
968 desanimado nos últimos tempos com o Conselho, mas acho que agora me
969 animou isso aí, realmente me deu um gás novo para seguir em frente.”
970 Presidente suplente Marília Carvalho de Melo: “Giacomini, eu fico feliz com sua
971 fala, porque eu acho que é isso, este Conselho precisa ser propositivo. E o que
972 nós quisemos trazer aqui hoje, que é uma construção coletiva do IGAM, é isso.
973 Porque nós temos essa aflição interna também, o nosso trabalho é muito, e
974 vemos que o resultado finalístico também é pequeno. Sobre a questão da
975 contradição, eu até entendo a sua leitura, mas você no final chegou ao ponto.
976 Temos que entender qual é o papel do Comitê de Bacia Hidrográfica. O Comitê
977 de Bacia Hidrográfica tem um papel que a Política estabeleceu para ele, e é um
978 papel estratégico no território. Por ele ter um papel estratégico no território, ele
979 nunca vai conseguir ter um papel operacional no território. Então isso eu não sei,
980 estou trazendo para discussão. Realmente, eu não sei o que é o ideal. Eu acho
981 que na CTPLAN nós vamos poder discutir isso. Mas se o Comitê tem esse papel
982 estratégico em uma visão mais ampla da Bacia Hidrográfica por que não pensar,
983 em um determinado momento, uma organização nesse sentido? Hoje de manhã

984 eu estava até conversando com a Dalce um pouco sobre isso. Eu me formei
985 acreditando na participação social, essa é a minha formação, a minha formação
986 de origem, da minha família. Mas eu acho que a discussão da representatividade
987 e da representação dentro dos Comitês de Bacia Hidrográfica ainda é um ponto
988 muito crítica no Sistema. Em que pese termos 2.200 conselheiros, só em termos
989 de municípios, que foi a primeira avaliação que fizemos, vimos que só 46% dos
990 municípios estão representados nos Comitês. E o problema está em qual
991 território? No território municipal. Então eu acho que o Comitê tem que ser muito
992 bom na estratégia do território, mas vamos precisar de comissões executivas
993 locais como, por exemplo, a Comissão do Bico da Pedra, que funciona muito bem
994 também para operação do reservatório. Eles sempre se reúnem, discutem, e está
995 lá quem vive o problema e quem, de fato, quer resolver o problema. Agora nós
996 vamos ter que pensar, e este Conselho tem que pensar junto, é função deste
997 Conselho pensar. Mas isso não pode acontecer de maneira descoordenada no
998 território, isso tem que acontecer sob a coordenação de um ente que se chama
999 Comitê de Bacia, porque é isso que o Sistema preconiza. Então eu acho que a
1000 CTPLAN, em um primeiro momento, vai ter oportunidade dessa discussão
1001 conceitual, baseada no nosso Plano, para construirmos o que nós vamos precisar
1002 trabalhar neste Sistema de médio e longo prazo.” Conselheiro Gustavo
1003 Bernardino Malacco da Silva: “Eu anotei algumas coisas aqui que eu acho que
1004 são importantes quando se trata o assunto de como a gente inova na cobrança,
1005 algo que vamos tentar nesse GT conjunto, uma ação conjunta do IGAM conosco.
1006 E tomara que até o Araguari, dentro da sua revisão, aproveite esse espaço que
1007 estamos trabalhando, que vai de encontro talvez com três Bacias que já
1008 resolveram. Mas eu acho que tem outras questões que temos deixado de lado, a
1009 questão das boas práticas, de aplicação direta. Tem muita coisa que poderíamos
1010 inovar, uma conversa que tivemos muito com o governador e temos tido com o
1011 secretário Germano, para dar agilidade e evitar esse negócio do caixa do
1012 governo. Tem muita empresa aqui que já poderia fazer aplicação direta mediante
1013 o Plano Diretor do Comitê. Falta-nos discutir a regulamentação. E eu acho que
1014 com as boas práticas é do mesmo jeito. Como o Giacomini falou, o pessoal está
1015 organizado, faz monitoramento etc., por que todo mundo está pagando o mesmo
1016 valor de água? Por que quem não está organizado dentro de uma área de conflito
1017 não tem que pagar mais e quem está organizado pagaria menos? Nós temos que
1018 começar a pensar nisso um pouco, criar as variáveis. Talvez tenhamos que fazer
1019 isso um pouco lá no PN, que é uma realidade realmente mais de agricultura
1020 irrigada. Lógico que tem um componente de saneamento, mas ainda vemos uma
1021 distância desse valor de água do componente da irrigação. Tem que diferenciar
1022 realmente quem capta de uma forma sustentável, que preserva suas RLs, suas
1023 APPs, de quem não faz nada disso. Tem uma diferença nisso. Eu acho que nisso
1024 nós temos que avançar. Que sejam sistemas de comando e controle organizados
1025 entre as associações. Eu acho que parte para uma inovação. Eu estou falando do
1026 setor da irrigação, mas seja a mineração, as companhias de saneamento e todas

1027 as outras indústrias, nós podemos começar a pensar nessas variáveis. Porque
1028 uniformizar não está trazendo resultado efetivo em relação a esse valor da
1029 cobrança. Não está trazendo esse resultado, ainda mais com descrédito de
1030 algumas agências de Bacia, como já falamos um pouco a respeito. Aí entra na
1031 questão da profissionalização, Marília, mais especificamente a nossa realidade.
1032 Nós vamos ter que achar um caminho para isso nas agências, como realmente a
1033 gente muda esse cenário de pagar mais salário administrativo do que técnico. É
1034 impressionante termos uma agência igual temos que há muito tempo vive com
1035 diretores e só recentemente tem tido um investimento um pouquinho maior na
1036 técnica. Agência não vive sem técnico, Comitê não vive sem técnico. Essa é a
1037 realidade que temos no nosso Comitê há um bom tempo, em que diretor-
1038 presidente fica ganhando mais que secretário de Estado. É uma crítica direta, tem
1039 que mudar essa história, tem que valorizar realmente quem está na base e tornar
1040 isso mais profissional. É o que nós estamos esperando deste processo seletivo
1041 para que talvez a gente vire essa página da agência. Mas eu imagino que outras
1042 agências já passaram por isso, e, em algum momento, com certeza, outras que
1043 virão pela frente. Agência, não, entidade equiparada. Eu acho que nos Comitês
1044 não dá para negar que tem um inchaço da máquina. Eu acho que na época em
1045 que foram criados os 36 Comitês era outra época, era para realmente
1046 potencializar a participação. Eu estou falando aqui como cidadão e com
1047 presidente de Comitê. Eu não acho razoável hoje essa estrutura que tem em
1048 Minas Gerais. Para nós que estamos no território, eu não sei se o modelo é esse.
1049 Se o modelo era 5, 14, 18, isso vai ser uma discussão muito plural entre os
1050 Comitês. Óbvio, tem que chegar com jeito quando for discutir, cada um tem seu
1051 pertencimento, e às vezes achar que é até dono do Comitê é algo normal no
1052 processo. Mas nós vamos precisar sentar com muita parcimônia e inteligência
1053 política, pensar o cenário pelo qual nós estamos passando hoje e achar um
1054 modelo ótimo. Quando eu li 'ótimo' na apresentação, eu falei: 'Nós vamos discutir
1055 um pouquinho isso aí'. Mas eu acho que não dá para demorar muito, início de
1056 governo é a época de se discutir isso e tomar uma decisão política. Que não seja
1057 de cima para baixo, mas também que não espere tanto tempo para que lá
1058 embaixo se resolva essa história. Eu acho que vamos ter que chegar a um ponto
1059 em comum, tentar chegar a um modelo que dinamize mais, que dê possibilidade
1060 para empoderarmos a cobrança, os instrumentos de gestão etc. para propiciar
1061 essa arrecadação e a gestão. Imagino vocês com a equipe reduzida que têm
1062 ficarem administrando 36 Comitês e problemas de um monte de gente. Tem que
1063 avaliar e avançar nisso. Vai ser difícil, mas eu acho que é possível." Presidente
1064 suplente Marília Carvalho de Melo: "Eu acho que não é questão só de equipe, eu
1065 acho que é a questão conceitual, que temos que achar o modelo ótimo. Se o
1066 modelo ótimo significa o fortalecimento do órgão gestor, ele também tem que
1067 entrar nessa discussão. Nós falamos aqui hoje. Peguem na LOA o orçamento do
1068 IGAM nos últimos anos, peguem de 2000 até hoje o orçamento do IGAM,
1069 peguem a equipe do IGAM. Então essa discussão vai ter que pensar o Sistema

1070 inteiro, é isso que esperamos deste Conselho.” Conselheiro Gustavo Bernardino
1071 Malacco da Silva: “Eu acho que, de qualquer forma, as estruturas locais, como foi
1072 o Velho, que tem sua estrutura e subcomitê, o nome que for dado depois. Dá
1073 para ter um arranjo institucional maior e, com certeza, criar internamente. Eu sou
1074 plenamente favorável, eu estou brigando no Araguari já faz algum tempo, com a
1075 diretoria do Araguari, desde o Giacomini, para avançarmos em um modelo mais
1076 descentralizado, pegando talvez locais piloto em que se têm maiores problemas,
1077 que você tem que resolver, e empoderar aquela discussão. A nossa Bacia do
1078 Uberabinha é uma questão hoje clara. O maior contribuidor está lá, e até hoje não
1079 conseguimos fazer esse modelo piloto no município de maior porte dentro da
1080 Bacia e de toda a região. Tem um ponto importante que você já citou, que são os
1081 municípios. Eu acho que uma falha que teve nessa mudança da legislação agora,
1082 nesse repasse, que aumentou bastante a contribuição dos royalties e prejudicou
1083 a questão dos Estados, foi a União não ter criado os instrumentos para dizer:
1084 ‘Vocês vão receber, mas o que vocês vão fazer?’ Eu não sei em que talvez no
1085 âmbito de Minas Gerais nós podemos avançar no ponto de vista do Estado para
1086 forçar esses municípios. Nós vamos ter que pensar algum instrumento de
1087 incentivo. A questão é federal, esse é o problema. O dinheiro é recebido de forma
1088 federal. Mas temos que pensar alguma coisa. ‘Você vai receber mais. Mas o que
1089 você vai colocar de contrapartida?’ Porque fica muito fácil, vai sumir o dinheiro de
1090 novo, boa parte dos municípios vão botar no caixa uma parcela mais gorda hoje,
1091 e se vai pagar o quê? Talvez alguns deputados mineiros e nós vamos ter que
1092 começar a pensar um pouquinho em como fazer os municípios engajarem em
1093 realmente pegar esse dinheiro que antes era do Estado e passou para a base.
1094 Lógico, eu sou favorável a empoderar muito os municípios, é óbvio, o sistema
1095 funciona assim. Mas também a União não quis perder nada, a União manteve o
1096 seu bolo, tirou dos Estados e botou nos municípios. Cadê a União também
1097 tirando o dela e dizendo ‘vou tirar o meu também?’ Então fica muito fácil. Na
1098 Agência Nacional de Águas hoje está todo mundo lá, bonitinho, sentado, com seu
1099 orçamento maravilhoso, com a equipe de ponta, e a gestão territorial na ponta
1100 continua com o pires na mão, em todos os Estados e municípios. E por fim eu
1101 acho que algo em que talvez o Plano possa avançar, como há essa interface dos
1102 ecossistemas aquáticos, uma linha meio tênue, ambiental, de recurso hídrico,
1103 mas está na nossa política, o Plano ao menos tem que ressaltar essa questão
1104 agora. Nós estamos agora com um produto pelo IEF, a WWF e a Biodiversitas,
1105 que é a avaliação, novamente, das áreas estratégias para conservação,
1106 restauração etc. E vai sair um produto para as áreas de ecossistemas aquáticos.
1107 Daqui a um ano, um ano e meio, o produto estará fechado, e isso tem que ser
1108 incorporado, nós temos que começar a fazer planejamento. Tem área em que
1109 não precisamos mais ficar nessa briga em que ficamos com empreendimento
1110 hidrelétrico, setor ambientalista, irrigação, tem área que é sensível, e ponto final,
1111 o Plano já podia dizer: ‘Meu amigo, não investe aí, não, ou investe com
1112 segurança.’ Estou dizendo da nossa seara, que são os ecossistemas aquáticos,

1113 as áreas que são prioritárias para peixes, para outros animais, poderíamos trazer
1114 um pouquinho de segurança já abordando nessa renovação do Plano,
1115 aproveitando os instrumentos que estão sendo trabalhados, e nós vamos ter um
1116 produto em breve. Estou colocando esse produto para não perder de vista,
1117 porque eu acho que já podemos fazer esse planejamento nessa interfase entre
1118 ecossistemas aquáticos e os outros usos.” Conselheiro Denes Martins da Costa
1119 Lott : “Marília, parabéns, pela apresentação. Eu acho o seguinte, eu vou até ser
1120 contundente em uma observação. Eu acho que, se não caminhamos nessa
1121 linha, esse sistema implode ou explode. Uma coisa que para mim ficou muito
1122 evidente do custo das agências, não é o custo da Abha que é alto, são todos.
1123 Uma coisa interessante é que o custo das três agências – Abha, Peixe Vivo e Ibo
1124 –, o valor é semelhante. Quer dizer, o trabalho pode ser igual, não sei, mas a
1125 arrecadação que é diferente. O custeio é bem próximo uma da outra. Então é o
1126 que tem que ser revisto exatamente para se evidenciar um resultado finalístico
1127 que há que se ter. Como está a qualidade e a quantidade das águas após a
1128 implantação do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos? Melhorou,
1129 piorou? É algo que tem que ser aferido para se mostrar para a sociedade. Eu
1130 acho que estamos vivendo em uma era em que, se não houver resultado, esse
1131 sistema não sobrevive.” Presidente suplente Marília Carvalho de Melo:
1132 “Comentando a fala do Malacco, nós fizemos um plano de trabalho para
1133 apresentar na primeira reunião do GT de Cobrança, e me incomoda demais o
1134 modelo de cobrança que nós temos. Mas não é pelo valor, é pela metodologia.
1135 Exatamente o que você disse. A metodologia de cobrança é a mesma que o
1136 Paraíba do Sul implementou em 2002. Não usamos a cobrança enquanto
1137 instrumento de gestão. Na crise hídrica em 2014, quando eu estava no IGAM, eu
1138 falei isso para o Polignano: ‘O Velhas tem que colocar a discussão na mesa. Em
1139 situação de escassez, como esse instrumento pode ser utilizado? Nesse plano de
1140 trabalho para o Grupo, que estamos propondo, estamos levando muito essa
1141 questão. Porque não achamos que é só a questão do valor ou índice para
1142 reajustar o valor. A questão é metodológica, a questão é da cobrança enquanto
1143 instrumento de gestão, de fato.” Conselheiro Guilherme da Silva Oliveira:
1144 “Parabéns pelo trabalho. Quase tudo que eu ia dizer já foi dito, e pelo avançado
1145 da hora eu não vou me estender muito. Parabéns pelo trabalho do IGAM, eu acho
1146 que o caminho é esse mesmo. E esse fator de que você falou da cobrança, eu
1147 concordo perfeitamente, tem que ser melhorado, aprimorado. E a questão
1148 também da Q7,10, a vazão de referência. Talvez cada unidade pode ter uma
1149 vazão de referência de acordo com as características da Bacia. Então eu acho
1150 que é uma coisa também que deve ser levantada, estudada e avaliada. E aquela
1151 vazão também não quer dizer que é eterna. De acordo com o uso, ela pode ser
1152 avaliada e estudada novamente. Então deixar esse espaço também aberto
1153 sempre para uma reavaliação de todos os instrumentos.” Presidente suplente
1154 Marília Carvalho de Melo: “Exatamente isso. O Plano fala em critérios
1155 regionalizados. Com várias pessoas, às vezes, eu discuto isso pessoalmente, as

1156 pessoas falam: ‘Você é contra mudar a Q7,10.’ Eu não sou contra mudar a
1157 Q7,10. Desde a época em que o Plano estava sendo discutido, eu falava o
1158 seguinte: as pessoas têm que entender o que significa ter um critério restritivo.
1159 Primeiro, não conhecemos os usuários de água neste Estado, ainda, até hoje. Eu
1160 vou dar um exemplo. Com o rompimento da barragem de Brumadinho, no dia
1161 seguinte, eu pedi para o Thiago levantar todos os usuários na calha do
1162 Paraopeba que seriam impactados e depois os poços nos 100 metros de
1163 Brumadinho a Felixlândia. Entre outorga, uso insignificante e poço tubular, não
1164 chegou a 50 usuários. A Vale foi para campo e cadastrou 190, mais do que o
1165 dobro, muito mais do que o dobro. Quando somos restritivos, abrimos a
1166 possibilidade de ampliar o critério para trazer outras pessoas para dentro do
1167 sistema. Essa é uma discussão conceitual que nós vamos ter ao longo desse
1168 caminho. E que as pessoas saibam, passar da Q7,10 para Q,95 significa
1169 aumentar o risco de 2 para 5 ou para 10% de desabastecimento. Mas não é um
1170 risco ruim. Se no momento em que tenho água eu posso utilizar mais, desde que
1171 também eu faça uma avaliação do impacto nos ecossistemas aquáticos etc. Mas
1172 eu acho que precisamos fazer essa discussão, e não dá para ter um critério só.”
1173 Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Marília, parabéns. Eu acho que nós
1174 estamos dando um grande passo para a gestão de recursos hídricos no Estado
1175 de Minas Gerais. Eu quero primeiro compartilhar as palavras do Giacomini, do
1176 Malacco, do Eduardo e complementar que este tripé tem que funcionar muito
1177 bem: o Comitê, a agência e o órgão gestor. Se um desses não funcionar, o
1178 sistema não funciona. Eu acho que isso é importantíssimo. Outra coisa é com
1179 relação à experiência que adquirimos com a gestão de entidades delegatárias.
1180 Nós percebemos que as três maiores agências delegatárias que temos no Estado
1181 – a Abha, a Peixe Vivo e o Ibio – vinham com problemas crônicos de gestão. Nós
1182 já tínhamos percebido isso em 2014, tanto é que naquela época chegamos a
1183 fazer propostas, para as três agências, para que fizéssemos uma nova
1184 metodologia para melhorar essa gestão dos recursos da cobrança. Quando nós
1185 fizemos essa proposta na Abha, a Abha não aceitou a proposta que fizemos de
1186 melhorar a gestão da Abha. O Ibio começou a entender, mas não quis adotar a
1187 metodologia que nós tínhamos proposto para eles. E nós viemos a adotar essa
1188 metodologia na AGB Peixe Vivo, que passa a ter, a partir de agora. De 2014 até
1189 2018, ela vem mostrando uma ascensão muito grande nos seus resultados. Nós
1190 fizemos muita coisa lá. Se vocês perceberem como era a agência Peixe Vivo em
1191 2014 e olharem a agência Peixe Vivo hoje, em 2019, vocês vão ver que a
1192 diferença é muito grande. E naquela época, em 2014, quando nós fizemos o
1193 primeiro levantamento da relação investimento e custeio, era em torno de 60%, o
1194 que estava mostrando hoje na Abha. E se vocês observarem, fizerem um
1195 comparativo do CBH Velhas, custeio e investimento, e o São Francisco, aí vão
1196 ver uma diferença também muito grande. Investimento e custeio no Velhas já
1197 estão em torno de 0,18, 0,16, alguma coisa nesse sentido. Mas quando você olha
1198 para o São Francisco, para a calha, ele continua com seus 45%, 50%. Então

1199 temos lutado isso com o Comitê da Bacia do São Francisco, mostrando isso para
1200 eles, que essa relação é muito perversa, não traz resultado para a Bacia. Então
1201 temos tentado mostrar isso para eles, até que eles estão começando a entender
1202 essa relação e que essa situação não pode continuar. A grande questão de que
1203 falamos, o problema que tem na Abha e no Comitê do Araguari são questões de
1204 gestão. Quando o Malacco falou isso, ele tem razão, sim, porque lá não houve
1205 gestão. A Marília sabe muito bem disso, todo mundo sabe muito bem disso. Mas
1206 tem a culpa do Comitê também. Se começarmos a olhar lá atrás a dificuldade que
1207 o Comitê vinha passando. Ele tem que ser propositivo. Que proposta ele
1208 apresentou de 2014 a 2018? Nenhuma. Aí ele começa a apresentar proposta
1209 agora, com a chegada da Isabela, que começa a aparecer projeto para o Comitê,
1210 porque agora foi contratado um técnico, e esse técnico começa a apresentar
1211 projetos para a Bacia do Rio Araguari. Mas quando o Denes fala que a relação é
1212 praticamente a mesma da Abha, a AGB Peixe Vivo e o Ibio, é totalmente
1213 diferente. Quando você pega a relação de aplicação dos recursos, você vê a
1214 relação de R\$ 5 milhões de aplicação. É muito pouco em quase dez anos de
1215 cobrança. Quando você pega na calha do Doce, na Bacia do Rio Doce com o
1216 Ibio, houve um incremento. Eu concordo com a Marília quando ela fala que 0,26
1217 não retrata a realidade, porque não retrata a realidade totalmente. Porque hoje a
1218 situação do Ibio é muito complexa, é uma situação totalmente de desequilíbrio. E
1219 assim vem a Abha também na mesma situação. A situação da Abha é muito
1220 crítica. E quando nós propusemos fazer as alterações na AGB Peixe Vivo, e a
1221 AGB assumiu o que estávamos propondo, vocês vão ver a diferença, que é muito
1222 grande. Nós já temos conversado com a equipe da Abha e também com a equipe
1223 do Ibio para que possamos fazer um trabalho de reestruturação nas duas
1224 agências, porque nós acreditamos neste Sistema.” Conselheiro Edson de Oliveira
1225 Vieira: “Marília, parabéns pela apresentação e pela iniciativa, juntamente com
1226 toda a equipe. Eu acho que o processo de gestão precisa dar uma chacoalhada e
1227 rever uma série de coisas. Na minha concepção, gestão de recursos hídricos no
1228 Brasil é uma coisa muito nova. Tem 22 anos a nossa Política de Recursos
1229 Hídricos, isso é muito pouco para um país com 500 anos e com a quantidade e a
1230 riqueza hidrográfica que tem. Temos que lembrar que a nossa legislação, de uma
1231 certa forma, foi baseada exatamente em legislação de países como França,
1232 Alemanha, Portugal, e os legisladores esqueceram de algumas especificidades,
1233 do tipo: tamanho dessas Bacias. Você vê o São Francisco, que tem uma
1234 característica tão diversificada ao longo do seu curso. Se pegamos até em termos
1235 econômicos, culturais, uma série de fatores, desde sua nascente até sua foz. Isso
1236 não se encontra lá fora, principalmente nos países que tiveram como base as
1237 suas legislações. Até questão cultural. Eu tive a oportunidade de participar de
1238 reuniões de gestores de recursos hídricos na Califórnia. Um nível de participação
1239 extremamente alto das pessoas envolvidas. Você colocou aqui a participação dos
1240 municípios. Até que ponto as pessoas são inteiradas do processo de gestão? O
1241 Comitê é formado por pessoas que não sabem o mínimo da legislação de

1242 recursos hídricos. E aí até eu faço uma observação. Não sei se quando vocês
1243 colocam a participação dos municípios essa marca está correta. Eu acho que tem
1244 que se avaliar a potencialidade de participação e, efetivamente, quais e quantos
1245 municípios estão participando. Quando você colocou esse número, eu pensei:
1246 mas o Verde Grande, por exemplo, tem 27 municípios mineiros e parece que oito
1247 do Estado da Bahia. Não tem como participarem 27 municípios com 35
1248 representantes. Eu acho que tem que ser feita a análise seguinte: do potencial de
1249 municípios que poderiam estar participando dos Comitês, seguindo as suas
1250 composições, quanto efetivamente estão participando. Depois a qualidade dessa
1251 participação. Quantos pessoas realmente estão cientes do processo, conhecem a
1252 legislação e participam disso? Eu fico feliz com essas propostas. Realmente,
1253 como o Giacomini colocou e você colocou, deixa de ser um Conselho que se
1254 preocupa só com DNs para passar a ser um Conselho mais propositivo. E de
1255 certa forma a gente sempre vem conversando aqui, não de forma colegiada, mas
1256 geralmente quando saímos para o almoço, com essa preocupação. O Comitê
1257 precisa ser propositivo, e eu acho que isso é algo que não passa mais no
1258 processo de gestão no Estado. Quando você colocou a questão, eu acho que não
1259 se devem esquecer exatamente essas especificidades, essas particularidades.
1260 Porque pode cair também em erro. De repente, pode estar ali um grupo de
1261 Bacias, de uma região, em que se tem uma delas com a característica totalmente
1262 diferente das demais. Como fica isso? Então que não seja esquecido isso. O
1263 MOP, o Manual de Operação do Plano, está sendo implementado pela ANA no
1264 Verde Grande, o que eu acho extremamente interessante. Eu participo da
1265 Câmara Técnica. Ultimamente eu dou aula e participo de câmaras técnicas e de
1266 conselhos. É interessante porque damos uma olhada para o Plano, tiramos
1267 algumas poeiras, algumas telhas de aranha e reanalisamos aquelas ações, a
1268 questão dos prazos, o que foi feito, fazemos um diagnóstico do que tem ali. Do
1269 Plano que foi aprovado em 2010, o do Verde Grande, o que foi efetivamente
1270 implementado e quem implementou? Porque muitas das coisas, muitas vezes,
1271 não saem necessariamente de ações de Comitê, mas são coisas paralelas. E por
1272 que não contabilizar isso para execução do Plano? Então precisa ser feito isso
1273 também exatamente para não se terem recursos destinados para algo que já por
1274 outras vias está em fase de implementação. Então eu acho que esse MOP é
1275 muito importante, esse Manual Operacional. Só pegando em cima da fala do
1276 Malacco, a questão da cobrança, no São Francisco já deu uma diminuída muito
1277 grande em cima disso. Se pegarmos o modelo de gestão hoje de cobrança do
1278 São Francisco, eles já consideram um processo. Tipo de sistema de irrigação, por
1279 exemplo. Pegar pela parte de irrigação. Vai ter um manejo adequado, que tipo de
1280 manejo, qual o nível de manejo? Para tudo isso, tem uma faixa, então já está
1281 muito mais complexo, e eu acho que mais justo. Então temos que avaliar. Não sei
1282 se seria o caso de se ter uma proposta. A legislação estabelece que os Comitês é
1283 que devem propor um modelo de cobrança, mas por que não já trabalhar com
1284 essas especificidades ou algo que pudesse contemplar, de uma forma mais

1285 ampla, os Comitês com suas especificidades? Tem muita coisa a ser feita, mas
1286 eu acho que precisa dessa chacoalhada mesmo, dessa visão, e ver o que
1287 realmente foi efetivo nesses 20 anos, vamos dizer assim, de Plano e de Política.
1288 Não sei em quanto tempo se vai conseguir implementar isso, mas precisa ser
1289 feito.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Marília, eu tentar ser breve, porque na
1290 verdade nós abrimos agora uma caixa, um vespeiro, e não temos exatamente a
1291 noção do tamanho que isso vai se tornar. E eu estou achando ótimo. Há um bom
1292 tempo nós já temos conversado sobre isso, sobre as fragilidades do Sistema. Ele
1293 não se modela, não permite a representação, não se sustenta economicamente
1294 e, inclusive, contraria alguns itens previamente existentes na legislação. Só para
1295 lembrar algumas coisas, a Lei das Águas, para criação de agências, isso é uma
1296 coisa que até hoje me preocupa. Essa lei é de 1997, eu fiz uma crítica a ela em
1297 2005 quando da defesa de meu doutorado. As críticas permanecem, e pouco nós
1298 evoluímos de forma a torná-la apta. É uma legislação extremamente interessante,
1299 mas que tem alguns defeitos. Alguns já foram levantados aqui, e nós vamos ter
1300 que trabalhar com esses defeitos, na verdade. Só duas condições são exigidas
1301 para criação de agência: a prévia existência de Comitês de Bacia Hidrográfica e a
1302 viabilidade financeira. Por que nós não criamos agências? Foi criada uma série
1303 de dificuldades legislativas em torno disso, ‘não pode ser órgão público, não pode
1304 ser isso, não pode ser aquilo’. Coisas que eu fico ouvindo, e vou procurar onde
1305 está a fundamentação jurídica para isso e não encontro. Existe uma condição que
1306 está nos primeiros textos a respeito da publicação da Lei das Águas que era da
1307 intenção do legislador. A intenção do legislador era evitar, na criação das
1308 agências, cabide de emprego. Para ser rápido, para ser objetivo. Para que não se
1309 tornasse mais um órgão público pouco eficiente, manipulado por apadrinhados,
1310 essas coisas. Nós temos hoje na legislação mecanismos para evitar isso. Por
1311 exemplo, o mais simples talvez seja o das fundações. Só que uma coisa que
1312 nunca ficou clara é que o controle da agência tem que ser executado pelo
1313 Comitê. O problema é a figura não jurídica do Comitê. O Comitê é uma
1314 ‘jabuticaba’, no caso brasileiro, porque quando estudamos os modelos
1315 internacionais o Comitê é uma figura jurídica, tem um caráter de administrador, os
1316 sistemas são bolados dessa maneira. Tem tanta coisa para a gente discutir que,
1317 se eu começar, vamos prolongar muito. Mas eu estou achando ótimo, porque nós
1318 abrimos a possibilidade agora. Eu vou falar só algumas coisas que nós estamos
1319 tentando fazer. Nós estamos tentando sair da caixinha. Tem uma participação
1320 grande do Araguari, eu acho que não é à toa, porque nós nos movimentamos
1321 bastante. Então nós estamos propondo um novo modelo de elaboração de Plano,
1322 não queremos mais o Plano tradicional. Para isso, vamos tentar implementar o
1323 nosso sistema de informação, para que tenhamos informação dinâmica, que gere
1324 diagnósticos dinâmicos, que, portanto, possibilitem não aquele Plano estático,
1325 mas coisas dinâmicas e baseadas em informações advindas das sub-bacias,
1326 através de um mecanismo que o ZAP pode proporcionar. Não exatamente o ZAP,
1327 porque ele tem um outro objetivo, análise de paisagens. Mas uma coisa que está

1328 lá dentro, que é a consulta à base. Os planos normalmente são feitos de cima
1329 para baixo, em cima de dados secundários. Nós queremos reverter isso. Os
1330 dados secundários até vamos colocar dentro do sistema e vamos retroalimentar
1331 esses dados a partir de dados coletados na base. Os objetivos são dinâmicos,
1332 têm que ser dinâmicos, porque quando vemos aquele quadro lá, 'área de
1333 expansão da cana', não acontecer isso. Eu tenho coisas para 20 anos projetados
1334 em cima de um quadro que não se concretizou. Eu pego esse cenário e posso
1335 jogar fora. Foi mal elaborado? Não foi mal elaborado, ele foi elaborado em cima
1336 das informações que eram disponíveis na época. Mas isso mudou, é dinâmico.
1337 Então nós estamos tentando fazer exatamente um planejamento dinâmico em
1338 cima de uma ferramenta tecnológica. E você sabe, já conversamos sobre isso,
1339 das dificuldades que vamos encontrar para implementação. O Estado precisa
1340 estar na nossa frente ou junto conosco. Não posso elaborar um SIG que não
1341 converse com o SIG do Estado. 'Se o Estado não fizer o SIG, nós vamos fazer o
1342 nosso'. Não é para ser assim. Outra coisa: os instrumentos de gestão não são a
1343 gestão. O problema é que a gente cria os instrumentos, mas os instrumentos
1344 parecem que são entes à parte. É uma dificuldade de você conseguir fazer
1345 entender que o Plano e a classificação dos rios são simultâneos,
1346 interdependentes. Só o instrumento não me dá gestão, é preciso ter os meios de
1347 utilização dos instrumentos. E é por isso que cobrança às vezes não funciona.
1348 Uma outra coisa que nós já conversamos, eu queria externar a minha opinião
1349 aqui, e essa é uma opinião particular. Eu queria deixar isso claro. Não é possível
1350 esperar mais pela cobrança, no meu entendimento. Se os Comitês não querem
1351 fazer a cobrança, então o Estado tem que fazer e retirar o domínio dos Comitês
1352 até que eles tenham maturidade para executar essa cobrança. Porque não é
1353 correto que uma Bacia, e a outra, não. Está se criando dentro do Estado uma
1354 condição de competição irregular, e isso não tem nada a ver com cobrança de
1355 valores diferentes, o que eu acho que é correto também, é um avanço, um passo
1356 a mais. Melhorar o nosso modelo de cobrança: cobrança sazonal, cobrança de
1357 oportunidade, todas aquelas coisas que conversamos. Mas está na hora de
1358 começar a excepcionalizar essas coisas. Eu tenho visto muita lentidão nas
1359 coisas, às vezes um pouco por falta de 'coragem'. A palavra correta não é
1360 'coragem', mas às vezes parece que falta 'coragem' para romper, sair desse
1361 marasmo e propor coisas novas. Um medo terrível do IGAM, de que ele não vai
1362 permitir, isso imobilizou. Agora eu queria fazer uma fala diretamente sobre a fala
1363 do Odorico. Isso imobilizou o nosso Comitê. No momento em que nós
1364 precisávamos da continuidade das iniciativas que tivemos, nós fomos
1365 imobilizados pelo medo. Porque a toda hora precisava consultar o IGAM, a toda
1366 hora precisava ter um parecer jurídico do IGAM. Para coisas que,
1367 particularmente, eu acho que estão resolvidas historicamente. Então eu não
1368 concordo, Odorico, nós operamos no Comitê do Araguari, de 20 municípios da
1369 Bacia, 14 Planos Municipais de Saneamento Básico foram pagos, financiados,
1370 executados pelo Comitê. Isso não é imobilismo. E por que isso? Porque sem o

1371 Plano eu não consigo implementar nem uma política de saneamento básico.
1372 Porque é assim que a lei dita. Então nós não ficamos imobilizados, nós nos
1373 imobilizamos, posteriormente, e agora estamos retomando. Então eu vejo aqui
1374 algumas coisas muito bacanas. Foi aberta uma porta, e eu acho que nós vamos
1375 ter que discutir isso. Eu acho que o melhor modelo que existe não é o da Q7,10,
1376 da vazão ecológica. Só que vazão ecológica não tem nenhuma – até onde eu
1377 conheço – fundamentação totalmente aceita, universalmente aceita. Porque a
1378 vazão ecológica tem uma grande vantagem: para cada Bacia, fala o que é
1379 possível de se fazer. Q7,10, Q90, Q95 dão um valor único para Bacias em
1380 situações totalmente diferentes. Mas a vazão ecológica tem essa dificuldade, eu
1381 tenho que calcular uma por uma, saber o que é vazão ecológica para cada uma
1382 delas. Para terminar, eu só queria lembrar, salvo engano, quando criou o Comitê,
1383 criou, automaticamente, a agência, sob controle do Comitê. Aqui a coisa ficou
1384 desgarrada, e é por isso que talvez nós sofremos até hoje. Mas eu acho que nós
1385 estamos aprendendo. Eu acho que, particularmente, o Comitê do Araguari tem
1386 algumas coisas para colaborar.” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Eu
1387 queria fazer só uma observação para o Sylvio. Quando eu toquei na questão do
1388 Araguari, no levantamento que nós fizemos em 2014, vocês tinham aplicado, do
1389 recurso da cobrança, em torno de R\$ 4.700.000. Desses R\$ 4.700.000, de
1390 projeto hidroambiental foi em torno de R\$ 700.000. O restante dos R\$ 4.000.000
1391 foi aplicado em eventos e assim por diante. Até 2014 ou até 2017, não foi
1392 apresentada nenhuma contemplação de investimento em torno de Bacia. Isso
1393 está lá. Agora, se foi aplicado antes, nós não temos conhecimento. Mas até 2014
1394 a 2017, 2018, não houve aplicação em Plano de Saneamento Municipal.
1395 Inclusive, temos conhecimento de que o Dr. Valera tem feito uma pressão muito
1396 grande junto ao Comitê para que faça esses Planos de Saneamento. Isso foi o
1397 que nós ficamos sabendo. Agora, quando você vai à prestação de contas da
1398 agência, está lá, nós pegamos as informações que estão lá.” Conselheiro Antônio
1399 Giacomini Ribeiro: “Nós temos outros status e coisas que poderíamos estar aqui
1400 colocando, mas isso não vai levar a nada. Nós temos que esclarecer mais
1401 particularmente.” Presidente suplente Marília Carvalho de Melo: “Eu acho que
1402 conseguimos o objetivo, que foi esse trabalho que nós fizemos, internamente, no
1403 IGAM, e eu queria, de público, parabenizar o Robson, que sistematizou todo esse
1404 trabalho conosco, internamente. Quando eu propus para ele esse desafio, a
1405 equipe interna toda se mobilizou – o Túlio está aqui, a Clara está aqui –, todo
1406 mundo também sentiu o que vocês hoje manifestaram aqui: nós precisamos
1407 dessa avaliação e dessa discussão para aprimorar o Sistema no Estado.
1408 Internamente no IGAM, nós tivemos essa mesma recepção, como a Lourdes, que
1409 recebemos deste Conselho para essa proposta. Então eu queria agora só
1410 referendar que o encaminhamento desse assunto é a Câmara Técnica de
1411 Planejamento, então a gente remete esse assunto à Câmara Técnica de
1412 Planejamento, chegar lá com o relatório do IGAM, com algumas propostas para
1413 iniciar esse trabalho dentro da Câmara Técnica de Planejamento.” Conselheiro

1414 Antônio Giacomini Ribeiro: “Só uma pergunta: o GT de Cobrança vai começar
1415 quando?” Presidente suplente Marília Carvalho de Melo: “Nós vamos dar essa
1416 resposta em breve.” **9) AÇÕES IMPLEMENTADAS PELO ESTADO DE MINAS
1417 GERAIS APÓS O DESASTRE DA BARRAGEM 1 / MINA CÓRREGO DO
1418 FEIJÃO. Apresentação: Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos
1419 Hídricos (Sisema)**. As equipes do Sisema fizeram apresentação ao Plenário do
1420 CERH das ações implementadas pelo Estado de Minas Gerais após o desastre
1421 da Barragem 1 / Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG. O conteúdo da
1422 exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. Após a apresentação das ações,
1423 foram registradas as seguintes manifestações. **Debates**. Conselheiro Eduardo
1424 Machado de Faria Tavares: “Thiago, o que eu vou te perguntar não tem nenhuma
1425 motivação no sentido de desmerecer o trabalho e nada disso, mas porque, desde
1426 o princípio, houve um conflito de informação, porque eram metodologias
1427 diferentes. A SOS Mata Atlântica mandou o pessoal dela, e foram eles que
1428 ocuparam, inicialmente, nos noticiários a questão da alteração da qualidade da
1429 água do Paraopeba. Eu não vou querer desmenti-los nem nada disso. Eu só
1430 queria saber porque, para quem estava acompanhando isso e tinha algum
1431 interesse – como nós, o que entendo por fazermos parte do Conselho –, ficava
1432 uma coisa meio maluca. Você falou da tilápia, e eu não sabia disso. É uma área
1433 comercial, não foi nem a questão ambiental, mas uma questão comercial. Mas
1434 nesse caso preciso era a qualidade da água. Eles estavam fazendo amostragem
1435 com metodologia que, até onde eu soube, não tinha uma capacidade tão eficiente
1436 de amostrar um resultado de um desastre da proporção que teve. Então eu
1437 gostaria que você desse uma clareada nisso, por favor. Eu estou fazendo isso
1438 agora exatamente porque você colocou essa questão dos monitoramentos que
1439 vocês fizeram, do ponto de referência, que eu achei muito interessante. Aí eu
1440 acho que fica esclarecido um pouquinho o que foi feito.” Thiago Figueiredo
1441 Santana/IGAM: “Eu vou tentar apresentar uma resposta, um esclarecimento
1442 sobre isso, sem fazer qualquer tipo de comparação. É só para esclarecer como
1443 funciona o monitoramento do IGAM. Primeiramente, o IGAM tem a melhor malha,
1444 em densidade, de estações de monitoramento de qualidade da água do Brasil. A
1445 Wanderlene foi gerente de Monitoramento da Qualidade da Água e pode me
1446 corrigir à vontade aqui. Há respeito a normativos europeus que determinam a
1447 densidade mínima de estações. É um ponto. Outra situação é uma série histórica
1448 de dados para termos como base referenciais do que acontece em cada local de
1449 monitoramento. Salvo engano, dos pontos que avaliamos na Bacia do
1450 Paraopeba, havia pontos com 18 anos de dados, de série histórica de
1451 monitoramento. Outra situação é que o IGAM não monitorou sozinho. Nós
1452 tínhamos o IGAM, a Copasa, que não queria ninguém ‘chapa-branca’, porque a
1453 água é insumo para ela. Outro ponto: não é órgão público somente. A Copasa
1454 não é ‘chapa-branca’, tinha interesse na questão da qualidade. Além de tudo, ela
1455 tem uma outra condição, que é de potabilidade e da capacidade de tratamento.
1456 Então tinha que ter uma condição de análise extremamente assertiva para avaliar

1457 a capacidade de monitoramento e distribuir aquela água em uma condição de
1458 potabilidade que a Vigilância Sanitária estabelece. Se não ela é penalizada
1459 criminalmente sobre isso. E nós tínhamos a ANA, que é um órgão federal,
1460 trabalhando com isso. Paralelamente, a Cemig também trabalhou em alguns
1461 pontos de monitoramento. Mas a nossa rede era essa. Os três órgãos – ANA,
1462 IGAM e Copasa – eram três laboratórios distintos fazendo análise, todos os três
1463 acreditados, baseados nas normativas do Inmetro, e os resultados foram todos
1464 próximos, consoantes, tinham uma singularidade de análise. Teve um dado
1465 destoante, que foi um dado da própria Copasa que deu mais elevado que o do
1466 IGAM, no BP-02. Contudo, ele foi coletado em momentos distintos, que teve
1467 interferência. Um dado, que era monitoramento de água. Então nós nos
1468 sentíamos muito seguros dos dados que estávamos disponibilizando, tanto é que,
1469 no momento em que trabalhamos junto com a Secretaria de Saúde e a Secretaria
1470 de Agricultura para estabelecer as restrições, não tivemos problema nenhum, foi
1471 de uma grande confiabilidade para determinar aquilo naquele momento. Eu não
1472 gosto de fazer paralelo com a SOS Mata Atlântica, mas outra questão que vale a
1473 pena ser colocada é a situação em que os nossos técnicos foram fazer as
1474 coletas. Eram locais insalubres, alguns somente acompanhado da Defesa Civil,
1475 Bombeiro, e alguns, da Polícia Federal. Ou seja, estavam ali, por mais que não
1476 conhecessem a metodologia tecnicamente mais adequada, não havia qualquer
1477 maquiagem para colocar algo melhor para apresentar para a sociedade. Esse
1478 não era o nosso papel, nós não somos os responsáveis pelo que aconteceu. O
1479 nosso papel é dar a melhor informação para a sociedade. Então é essa a nossa
1480 fala para fazer esse paralelismo com a outra instituição que fez essa campanha e
1481 apresentou dados. E nós nos sentimos muito seguros disso.” Conselheiro
1482 Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “Em relação ao IEF, só para tirar uma
1483 dúvida. Nós instigamos o Ministério Público e a SEMAD sobre uma espécie
1484 criticamente ameaçada de extinção em Minas Gerais, que depende de
1485 ecossistemas aquáticos. Só para ter um feedback de como está isso, em que a
1486 SEMAD andou com o processo, se solicitou os programas de monitoramento.
1487 Porque é uma espécie que ocorre no Paraopeba, e o problema dela é o seguinte:
1488 barrou, teve empreendimento hidrelétrico, ela some. E teve esse tipo de situação,
1489 então imaginamos que o impacto também vai ser representativo. Eu só queria
1490 saber se isso andou, tanto no âmbito das exigências da empresa.” Leandro
1491 Carmo Guimarães/IEF: “Foram incorporadas, sim, as determinações para a Vale
1492 no monitoramento e diagnóstico dos danos sobre a biodiversidade. Temos um
1493 componente aquático e ripário e um componente terrestre, e está previsto com
1494 destaque dentre as espécies ameaçadas de extinção já identificadas.” Conselheiro
1495 Renato Junio Constâncio: “Só destacar a importância dessa reunião
1496 que ocorreu em Felixlândia, porque houve um alinhamento em termos até de
1497 divulgação entre os órgãos e entidades. Só para vocês terem uma ideia, nós
1498 fomos muito demandados por Defesa Civil de Pirapora para baixo. Então foi
1499 crônico. Representantes da Defesa Civil, que na maioria das vezes são

1500 secretários de Meio Ambiente, de Agricultura, de Turismo. Então chegou até a
1501 início de pânico mesmo de situação relacionada com Retiro Baixo e Paraopeba.”
1502 Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “No caso, o incidente aconteceu no final de
1503 janeiro. Se eu não me engano, o período chuvoso já estava entrando na reta
1504 final. Essas ações de contenção de sedimentos vão ser implementadas em
1505 tempo hábil de iniciar o novo ciclo hidrológico, o novo ano hidrológico?”
1506 Wanderlene Ferreira Nacif/SEMAD: “Esperamos que sim, nós estamos
1507 trabalhando para isso. O problema também é que, como tinham muitos corpos
1508 desaparecidos, que precisavam ser resgatados, a empresa não tinha acesso à
1509 área para fazer nenhum tipo de trabalho. Está sendo importante falar isso agora,
1510 está sendo feito esse trabalho de retirada de rejeito em alguns. Por exemplo, para
1511 construir aquela cortina metálica, em comum acordo com o Corpo de Bombeiro.
1512 Porque tem que ser retirado o rejeito, tem que ser verificado se há algum
1513 segmento de corpo, algum corpo ali ainda. E esse material é levado para a pilha
1514 de estéril, e há uma nova verificação. Só que a empresa consegue mexer no
1515 local. Então não são todas as áreas que estão disponíveis para atuação imediata
1516 da empresa. Todo trabalho de retirada de rejeito tem que ser acompanhado do
1517 Corpo de Bombeiros, porque há possibilidade de ainda achar algum segmento de
1518 corpo. Mas nós temos essa expectativa, sim, de que as ações antecedam o
1519 próximo período chuvoso, porque precisamos evitar novos carreamentos para o
1520 Paraopeba.” Conselheiro Hélcio de Miranda Baptista: “Eu queria saber sobre o
1521 layout. Na realidade, o impacto maior foi na parte administrativa da própria Vale,
1522 o impacto maior em termos da barragem, onde tiveram mais mortos. Eu queria
1523 saber se o layout completo daquela área é analisado por vocês. O layout de que
1524 eu falo é a posição da parte administrativa da própria Vale, que foi onde teve a
1525 maior perda de vidas.” Thiago Figueiredo Santana/IGAM: “Aquela mina é uma
1526 mina da década de 70, da Ferteco, construída por alemães, e na época do
1527 primeiro licenciamento ambiental.” Presidente suplente Anderson Silva de Aguiar:
1528 “Antes da década de 70. Em 76, a barragem entrou em funcionamento, então,
1529 anterior a isso, já tinha alguma estrutura e exploração, obviamente, no local.
1530 Então é anterior à década de 70.” Thiago Figueiredo Santana/IGAM: “Era da
1531 Ferteco. Depois a Vale adquiriu. E na década de 90 é que teve o primeiro
1532 licenciamento ambiental. Naquela apresentação da Liana, tem isso. Mas já
1533 tinham as estruturas administrativas. Quem é engenheiro de minas aqui da região
1534 metropolitana e conhece o empreendimento, que é muito antigo, fala que era
1535 lindo, que era inovador. E toda a estrutura já estava colocada aí, já estava bem-
1536 alocada ali. Então já era uma área antropizada, que dentro do licenciamento
1537 ambiental não havia muito o que alterar. Dentro desse contexto, principalmente,
1538 um licenciamento da 20 anos atrás, algo que há 40 anos já estava implantado,
1539 então não cabia esse tipo de avaliação da estrutura onde se poderia ou não
1540 alocar ali nesse momento.” Conselheiro Hélcio de Miranda Baptista: “Eu tive o
1541 privilégio de trabalhar em Carajás, também da Vale, e o sistema lá é
1542 completamente diferente do tipo de mineração. É um tipo de mineração a seco,

1543 com peneiras, uma tecnologia bem mais moderna. E na questão dos canteiros
1544 também, a parte administrativa das minas é em locais estudados justamente para
1545 que, se sofresse algum impacto, não seria na direção dessa parte administrativa.”

1546 **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a
1547 presidente suplente Marília Carvalho de Melo agradeceu a presença de todos e
1548 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

1549

1550

1551

APROVAÇÃO DA ATA

1552

1553

1554

1555

Anderson Silva de Aguiar
Presidente suplente do Plenário do CERH